

Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de Abril

Atitudes e comportamentos relativos à participação
eleitoral da população, dos jovens e análise comparativa



Manuel Meirinho
Pedro Moreira da Fonseca
Conceição Pequito Teixeira
Pedro Borrego
João Santos

Volume 5

CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

50
*Anos de Democracia
em Portugal*
Aspirações e Práticas Democráticas
Continuidades e Mudanças Geracionais



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



CAPP
Centro de Administração
e Políticas Públicas



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE
CIÊNCIA POLÍTICA



FICHA TÉCNICA

**Projeto de investigação: 50 Anos de Democracia em Portugal:
Aspirações e Práticas Democráticas – Continuidades e Mudanças Geracionais**
<https://democracia.iscsp.ulisboa.pt/>

DURAÇÃO

1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2028

INSTITUIÇÃO/CENTRO DE I&D

Universidade de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade de Lisboa – Centro de Administração e Políticas Públicas
Unidade de Coordenação de Ciência Política do ISCSP-ULisboa

FINANCIAMENTO

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

INVESTIGADORES RESPONSÁVEIS DO PROJETO

Manuel Meirinho, Pedro Moreira da Fonseca, Conceição Pequito Teixeira

TÍTULO DO RELATÓRIO – VOLUME 5

**Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de Abril:
Atitudes face ao 25 de Abril da população, dos jovens e análise comparativa**

AUTORES DO RELATÓRIO

Manuel Meirinho, Pedro Moreira da Fonseca, Conceição Pequito Teixeira, Pedro Borrego e João Santos

CAPA

Abertura da Assembleia Constituinte, Fotografia de autor desconhecido, 02.06.1975
© Arquivo Fotográfico da Assembleia da República, AF 00002/1975

Lisboa, 2026

ISBN 978-989-646-199-7

DOI: <https://doi.org/10.57857/ulisboa.iscsp.capp.000030>

Índice

50 ANOS DE DEMOCRACIA EM PORTUGAL: BREVE APRESENTAÇÃO DO PROJETO	9
ORGANIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS DO PROJETO	10
ATITUDES E COMPORTAMENTOS RELATIVOS À PARTICIPAÇÃO ELEITORAL: ENQUADRAMENTO	10
ESTRUTURA E CONTEÚDOS	11
SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS – POPULAÇÃO	13
SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS – JOVENS	18
SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS – COMPARAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO E JOVENS	23

CAPÍTULO 1

Atitudes e comportamentos da população relativos à participação eleitoral 27

1. Participação eleitoral declarada 28

1.1 Análise global	28
1.2 Análise por sexo	29
1.3 Análise por grupo etário	29
1.4 Análise por escolaridade	30
1.5 Análise por rendimento do agregado familiar	31
1.6 Análise por <i>habitat</i>	32

2. Eficácia política do voto 33

2.1 Análise global	33
2.2 Análise por sexo	35
2.3 Análise por grupo etário	36
2.4 Análise por escolaridade	37

2.5 Análise por rendimento do agregado familiar	39
2.6 Análise por <i>habitat</i>	40
3. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens	42

CAPÍTULO 2

Atitudes e comportamentos dos jovens relativos à participação eleitoral 46

4. Participação eleitoral declarada 47

4.1 Análise global	47
4.2 Análise por sexo	48
4.3 Análise por grupo etário	48
4.4 Análise por escolaridade	49
4.5 Análise por rendimento do agregado familiar	50
4.6 Análise por <i>habitat</i>	51

5. Eficácia política do voto 52

5.1 Análise global	54
5.2 Análise por sexo	54
5.3 Análise por grupo etário	55
5.4 Análise por escolaridade	56
5.5 Análise por rendimento do agregado familiar	58
5.6 Análise por <i>habitat</i>	59

6. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens 61

CAPÍTULO 3

Atitudes e comportamentos relativos à participação eleitoral: Comparação entre população e jovens 65

7. Participação eleitoral declarada 66

8. Eficácia política do voto 67

9. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens 69

ANEXO I – NOTA METODOLÓGICA 75

ANEXO II – FICHA TÉCNICA DO INQUÉRITO 79

Índice de Gráficos

1. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022 (em %) – População	28
2. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	29
3. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	30
4. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	31
5. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	32
6. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	33
7. Eficácia política do voto (em w) – População	34
8. Eficácia política do voto com categorias agregadas (em %) – População	34
9. Eficácia política do voto: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	35
10. Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	36
11. Eficácia política do voto: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	37
12. Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	37
13. Eficácia política do voto: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	38
14. Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	38
15. Eficácia política do voto: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	39

16. Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	40
17. Eficácia política do voto: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	41
18. Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	41
19. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens (em %) – População	44
20. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens com categorias agregadas (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	45
21. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022 (em %) – Jovens	48
22. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	48
23. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	49
24. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	50
25. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	51
26. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	52
27. Eficácia política do voto (em %) – Jovens	53
28. Eficácia política do voto com categorias agregadas (em %) – Jovens	54
29. Eficácia política do voto: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	55
30. Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	55
31. Eficácia política do voto: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	56
32. Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	56
33. Eficácia política do voto: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	57
34. Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	57
35. Eficácia política do voto: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	59
36. Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	59
37. Eficácia política do voto: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	60
38. Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	61

39. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens (em %) – Jovens	63
40. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens com categorias agregadas (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	64
41. Voto declarado nas eleições legislativas de 2022 (em %) – comparação entre População e Jovens	67
42. Eficácia política do voto (em %) – comparação entre População e Jovens	68
43. Eficácia política do voto com categorias agregadas (em %) – comparação entre População e Jovens	68
44. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens (em %) – comparação entre População e Jovens (bloco 1)	71
45. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens (em %) – comparação entre População e Jovens (bloco 2)	72
46. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens com categorias agregadas (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – comparação entre População e Jovens (bloco 1)	73
47. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens com categorias agregadas (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – comparação entre População e Jovens (bloco 2)	74

50

Anos de Democracia em Portugal

*Aspirações e Práticas Democráticas
Continuidades e Mudanças Geracionais*

Nesta secção introdutória, apresenta-se brevemente o projeto **50 anos de Democracia em Portugal: Aspirações e Práticas – Continuidades e Mudanças Geracionais**, no âmbito do qual foram recolhidos os dados analisados neste relatório. Descreve-se, em seguida, a organização geral dos relatórios produzidos no contexto do projeto, situando o leitor quanto à sua estrutura e conteúdos. É também desenvolvido um enquadramento específico da temática deste relatório, centrado nas atitudes e comportamentos relativos à participação eleitoral, identificando igualmente sua estrutura e conteúdos, de modo a facilitar a leitura e a compreensão das análises que se seguem.

50 anos de democracia em Portugal: Breve apresentação do projeto

O projeto “50 anos de Democracia em Portugal: Aspirações e Práticas – Continuidades e Mudanças Geracionais” visa descrever e explicar como os cidadãos portugueses percecionam as principais características da democracia, como avaliam a democracia em geral e a portuguesa em concreto e, finalmente, de que forma participam na vida política e cívica, mais de cinquenta anos após a Revolução dos Cravos.

No âmbito do projeto, foi realizado em 2023 um inquérito por questionário a nível nacional (ver Anexo: ficha técnica do inquérito), do qual resultaram 1327 entrevistas:

- 1020 com base numa amostra representativa da população portuguesa;
- 307 entrevistas adicionais aplicadas a indivíduos entre os 16 e os 34 anos (jovens), constituindo uma amostra extra que permite analisar possíveis continuidades e/ou mudanças geracionais.

A amostra foi estratificada de forma a ser representativa da população portuguesa, tendo sido aplicadas quotas de género e idade por região, na seleção dos entrevistados.

O inquérito foi aplicado pela empresa Intercampus e inclui 3 módulos:

- Módulo central: aspirações e práticas democráticas; atitudes dos portugueses face ao 25 de Abril;
- Módulo complementar I: atitudes face à política, à democracia e às instituições políticas;
- Módulo complementar II: participação política, social e cívica.

Globalmente, passados 50 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974, o inquérito realizado permite elaborar uma “fotografia” detalhada das atitudes e comportamentos dos cidadãos face: (1) aos modelos de democracia; (2) ao 25 de Abril de 1974; (3) à política; (4) à democracia e às instituições democráticas; (5) à participação eleitoral; (6) à participação social e cívica (7); ao populismo. Adicionalmente, a sobreamostragem do grupo etário dos jovens viabiliza um exercício comparativo entre estes e a população em geral, proporcionando uma análise de possíveis continuidades e mudanças geracionais. Finalmente, os dados apresentados contribuem também para uma avaliação da consolidação e da qualidade da democracia portuguesa sob a ótica das dimensões atitudinal e comportamental dos cidadãos portugueses.

Organização dos relatórios do projeto

Os dados descritivos resultantes do inquérito nacional realizado são apresentados e analisados em oito volumes:

Volume 1	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de Abril Atitudes face aos modelos de democracia (aspirações versus práticas) da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 2	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de Abril Atitudes face ao 25 de abril da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 3	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de Abril Atitudes face à política da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 4	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de Abril Atitudes face à democracia e às instituições políticas da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 5	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de Abril Atitudes e comportamentos relativos à participação eleitoral da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 6	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de Abril Atitudes e comportamentos relativos à participação política, social e cívica da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 7	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de Abril Atitudes populistas da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 8	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de Abril Análise relacional das atitudes e dos comportamentos políticos da população, dos jovens e comparação geracional

Este volume 5 corresponde à análise descritiva dos resultados referentes às atitudes e aos comportamentos relativos à participação eleitoral da população (Capítulo 1), dos jovens (Capítulo 2) e análise comparativa (Capítulo 3).

Atitudes e comportamentos relativos à participação eleitoral: enquadramento

Considerando os debates que prosseguem na Ciência Política sobre a participação eleitoral, este volume analisa três dimensões:

- **Participação eleitoral declarada.** Refere-se ao comportamento de voto autodeclarado pelos inquiridos, isto é, se afirmam ter votado ou não nas eleições legislativas de janeiro de 2022. Funciona como um indicador de comparecimento às urnas na amostra em estudo e, inversamente, do não-voto declarado. Deve ser interpretado como medida declarativa, e não como estimativa da taxa oficial de abstenção.
- **Eficácia política do voto.** Enquanto subdimensão da eficácia política externa, refere-se à perceção de que as eleições e a escolha entre alternativas (isto é, em quem se vota) têm consequências reais. Nesse sentido, o resultado eleitoral pode influenciar a ação governativa e a orientação das políticas públicas, não sendo indiferente qual a opção vencedora.
- **Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens.** Refere-se às atitudes dos inquiridos perante um conjunto de propostas destinadas a promover o voto entre os mais jovens.

A análise apresentada neste volume permite uma leitura integrada dos padrões de participação eleitoral em Portugal e das atitudes que os sustentam ou desencorajam. Ao articular o comportamento eleitoral nas legislativas de 2022 com a perceção de eficácia do voto e com a avaliação de medidas orientadas a aumentar a participação eleitoral dos mais jovens, os dados evidenciam simultaneamente fatores de mobilização e de distanciamento face ao ato eleitoral. Em conjunto, os resultados permitem identificar oportunidades e limites para o reforço da participação eleitoral, em particular entre as gerações mais novas.

Estrutura e conteúdos

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Capítulo 1:

Atitudes e comportamentos da população relativos à participação eleitoral

Análise baseada na amostra representativa da população portuguesa (16+ anos). Para a participação eleitoral, consideraram-se apenas os indivíduos com 18 anos ou mais.

Capítulo 2:

Atitudes e comportamentos dos jovens relativos à participação eleitoral

Análise baseada na amostra representativa da população jovem (16-34). Para a participação eleitoral, consideraram-se apenas os indivíduos com 18 anos ou mais.

Capítulo 3:

Atitudes e comportamentos relativos à participação eleitoral: comparação entre população e jovens

Análise comparativa entre a população (16+ anos) e os jovens (16-34 anos). Para a participação eleitoral, consideraram-se apenas os indivíduos com 18 anos ou mais.

CONTEÚDOS

- ☐ Participação eleitoral declarada
- ☐ Eficácia Política do voto
- ☐ Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens

Este volume 5 corresponde à análise descritiva dos resultados referentes às atitudes e aos comportamentos relativos à participação eleitoral da população (Capítulo 1), dos jovens (Capítulo 2) e análise comparativa (Capítulo 3).

50

*Anos de Democracia
em Portugal*

*Aspirações e Práticas Democráticas
Continuidades e Mudanças Geracionais*

Nesta secção apresentam-se as sínteses dos principais resultados relativos às atitudes e comportamentos relativos à participação eleitoral, considerando a população, os jovens e uma análise comparativa entre estes dois grupos.

Síntese dos principais resultados:

População

Participação eleitoral declarada

A participação eleitoral declarada refere-se ao comportamento de voto autodeclarado pelos inquiridos, isto é, se afirmam ter votado ou não nas eleições legislativas de janeiro de 2022. Funciona como um indicador de comparecimento às urnas na amostra em estudo e, inversamente, do não voto declarado. Deve ser interpretado como medida declarativa e não como estimativa da taxa oficial de abstenção.

A participação eleitoral foi avaliada através da seguinte questão:

Pode dizer-me se votou nas últimas eleições legislativas de janeiro de 2022?

Opções de resposta: “sim”; “não”; “Não sabe/Não responde”

Foram considerados somente os indivíduos com 18 ou mais anos.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100 %.

A participação eleitoral declarada na amostra da população portuguesa revela um nível de comparecimento às urnas maioritário, com predominância clara do voto autodeclarado. Em termos globais, 71,9 % dos inquiridos (18+ anos) afirmam ter votado nas legislativas de janeiro de 2022, enquanto 26,3 % declaram não ter votado. A não-resposta é residual (1,8 %). Assim, observa-se a coexistência de uma maioria de participação com um segmento ainda expressivo de não-voto declarado. Ainda assim, os resultados devem ser lidos como uma medida declarativa (e não como uma estimativa da abstenção oficial), dado que os inquéritos podem divergir dos resultados oficiais por fatores como a desejabilidade social, a memória e a composição da amostra.

No que respeita às variáveis sociodemográficas consideradas, a análise revela os seguintes padrões:

- Sexo: observam-se diferenças estatisticamente significativas. O voto declarado é mais frequente entre os homens (76,4 %) do que entre as mulheres (70,4 %). Já o não voto declarado é superior entre as mulheres (29,6 %) em comparação com os homens (23,6 %).

- **Idade:** verifica-se a clivagem mais marcada e robusta, com diferenças estatisticamente significativas. O grupo de 18-24 anos distingue-se por uma participação declarada claramente mais baixa (40,4 % votaram) e por uma maioria de não voto (59,6 %). A partir dos 25 anos, o voto declarado torna-se maioritário e mantém-se elevado nos restantes grupos.
- **Escolaridade:** há diferenças estatisticamente significativas, mas com um padrão não linear. O voto declarado é maioritário em todos os níveis, atingindo o valor mais elevado no ensino superior (79,7 %) e o mais baixo no ensino secundário (65,1 %, com 34,9 % de não voto). Os grupos “nenhum” e “básico” apresentam valores elevados e próximos entre si.
- **Rendimento do agregado familiar:** identificam-se diferenças estatisticamente significativas. O perfil menos participativo eleitoralmente surge no grupo que refere que é muito difícil viver com o rendimento atual (57,3 % votaram; 42,7 % não votaram). Nos restantes grupos, a participação eleitoral declarada é claramente maioritária e mais elevada, com um pico nos segmentos difícil/razoável e uma descida no grupo confortável. Isto sugere um padrão não totalmente linear, mas com contraste nítido em relação ao grupo economicamente mais vulnerável.
- **Habitat:** observam-se diferenças estatisticamente significativas. A zona rural/aldeia destaca-se por um perfil particularmente participativo: 90,7 % votaram e 9,3 % não votaram. Nos restantes contextos (vila pequena/média, subúrbios e grande vila/cidade), o voto declarado mantém-se maioritário, mas com níveis de não voto claramente superiores aos do meio rural.

Em suma, a participação eleitoral declarada na amostra é maioritária, mas coexiste com uma proporção relevante de não voto declarado. As diferenças sociodemográficas são estatisticamente significativas em todas as variáveis analisadas (sexo, idade, escolaridade, rendimento e *habitat*). O padrão mais forte emerge na idade, com o grupo 18-24 a apresentar um desfasamento muito acentuado em relação aos restantes. A escolaridade e o rendimento exibem diferenças significativas com perfis não lineares (com destaque para maior não-voto no secundário e no grupo muito difícil). O *habitat* evidencia um contraste relevante, com a zona rural/aldeia a registar níveis particularmente elevados de voto declarado.

Eficácia política do voto

A eficácia política do voto, enquanto subdimensão da eficácia política externa, refere-se à perceção de que as eleições e a escolha entre alternativas (isto é, em quem se vota) têm consequências reais. Nesse sentido, o resultado eleitoral pode influenciar a ação governativa e a orientação das políticas públicas, não sendo indiferente qual a opção vencedora.

A eficácia política do voto foi avaliada através da seguinte questão:

Há quem tenha opiniões muito diferentes sobre como o voto condiciona as políticas adotadas pelos governos. Gostaria que me desse a sua opinião, escolhendo um número entre 0 e 10, em que 0 significa que “as políticas dos governos são todas iguais e não faz qualquer diferença em quem as pessoas votam” e 10 significa que “as políticas dos governos são todas muito diferentes e faz muita diferença em quem as pessoas votam”.

Para fins analíticos, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: as posições 0 e 1 foram classificadas como “nenhuma diferença”; as posições 2 e 3 como “pouca diferença”; as posições 4, 5 e 6 como “alguma diferença”; as posições 7 e 8 como “muita diferença”; e as posições 9 e 10 como “toda a diferença”. A recodificação da escala 0-10 em classes ordinais visa facilitar a interpretação substantiva dos resultados e a comparação entre subgrupos.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100 %.

A eficácia política do voto na população portuguesa apresenta um perfil globalmente favorável, com predominância de perceções de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos. Em termos globais, 31,6% dos inquiridos indicam que faz “muita diferença” e 16,3% que faz “toda a diferença”, enquanto 13,1% se posicionam na categoria intermédia (“alguma diferença”). As perceções de baixa eficácia são minoritárias, visto que 10,4% referem “pouca diferença” e apenas 2,8% “nenhuma diferença”. A leitura com categorias agregadas confirma esta configuração: 47,9% dos inquiridos situam-se na categoria elevada (“muita ou toda a diferença”); 13,1% na intermédia (“alguma diferença”); 13,2% na reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”). Importa, contudo, realçar que uma parte relevante da amostra opta por não se posicionar nesta avaliação (25,9%).

No que respeita às variáveis sociodemográficas consideradas, a análise revela os seguintes padrões:

- Sexo: não se observam diferenças estatisticamente significativas. A perceção de elevada eficácia é maioritária em ambos os sexos (homens: 67,1%; mulheres: 62,1%). Em termos descritivos, as mulheres apresentam maior peso na perceção de eficácia reduzida (22% em “nenhuma/pouca diferença”) do que os homens (13,6%).
- Idade: não se registam diferenças estatisticamente significativas. A perceção de elevada eficácia (“muita/toda a diferença”) mantém-se dominante em todos os grupos etários, variando entre 59,5% (16-24 anos) e 70,3% (25-34 anos). As diferenças observadas são sobretudo descritivas, com o grupo de 25-34 anos a evidenciar maior concentração em “muita diferença”.
- Escolaridade: verificam-se diferenças estatisticamente significativas. O grupo sem escolaridade apresenta maior concentração em baixa eficácia (35,8% em “nenhuma ou pouca diferença”) e menor concentração em perceção elevada (43% em “muita ou toda a diferença”). Em contraste, a perceção de elevada eficácia aumenta nos restantes níveis de escolaridade e atinge o valor mais alto no ensino superior (72,1% em “muita ou toda a diferença”). Isto sugere uma associação po-

sitiva, com significância estatística, entre a escolaridade e a percepção de eficácia política do voto.

- **Rendimento do agregado familiar:** identificam-se diferenças estatisticamente significativas e substantivas. O grupo que refere que é muito difícil viver com o rendimento atual apresenta maior ceticismo (38,7% em “nenhuma/pouca diferença” e 48,8% em “muita ou toda a diferença”). À medida que a condição económica percecionada melhora, aumenta a percepção de elevada eficácia política do voto, atingindo 76,8% na categoria “muita ou toda a diferença” no grupo confortável. Os resultados revelam um claro gradiente no que respeita ao rendimento do agregado familiar económico.
- **Habitat:** observam-se diferenças estatisticamente significativas. A vila pequena/média destaca-se por maior concentração em percepções reduzidas de eficácia política do voto (36,3% em “nenhuma ou pouca diferença”) e menor concentração em percepções elevadas (46,1%). Em contraste, os subúrbios e a grande vila/cidade apresentam valores mais elevados de percepção alta de eficácia (68,3% e 65,8%, respetivamente), enquanto a zona rural/aldeia situa-se num patamar intermédio (61,2%).

Em suma, a população portuguesa tende a reconhecer que o voto tem impacto nas políticas governamentais, com predomínio de percepções elevadas de eficácia política do voto entre os que se posicionam. As diferenças sociodemográficas não são estatisticamente significativas por sexo e idade, mas são significativas por escolaridade, rendimento e *habitat*. Em particular, destacam-se: (i) o maior ceticismo quanto à eficácia política do voto no grupo sem escolaridade; (ii) um gradiente claro no que respeita ao rendimento, com maior eficácia percecionada entre os que beneficiam de condições económicas mais favoráveis; (iii) um contraste territorial em que a vila pequena ou média revela níveis mais elevados de baixa eficácia política do voto, enquanto os contextos suburbanos e urbanos exibem percepções mais elevadas neste domínio.

As medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens referem-se às atitudes dos inquiridos perante um conjunto de propostas destinadas a promover o voto entre os mais jovens.

Foram avaliadas através da seguinte questão:

Os estudos indicam que os jovens tendem a participar politicamente menos do que os seus concidadãos mais velhos. Indique, por favor, o seu grau de concordância com cada uma das seguintes medidas que lhe vou ler e que visam aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. Para cada uma, diga-me se “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”:

Medidas: introduzir o voto obrigatório; reduzir da idade mínima para votar dos 18 anos para os 16 anos; campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto; introduzir o voto eletrónico, o voto através de aplicação ou multibanco; diversificar os lugares onde é possível votar; reformar o sistema eleitoral; desenvolver na Escola, atividades de natureza prática, que promovam a participação dos jovens; fazer com que os partidos integrem mais jovens nas suas listas de candidatura; estimular os jovens a integrarem as juventudes partidárias; apresentar políticas públicas que vão diretamente ao encontro dos anseios e interesses dos mais jovens.

Opções de resposta: “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”.

Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens

A população portuguesa revela um apoio muito elevado à maioria das medidas propostas para promover a participação eleitoral dos jovens. Em geral, predomina a concordância com soluções que reforçam a informação, a proximidade, a inclusão e a responsividade política. Já as medidas de alteração coerciva ou estrutural das regras de voto geram maior divisão.

No que respeita às medidas avaliadas, destacam-se três padrões principais:

- Medidas com consenso muito amplo (apoio superior a 90%). A população apoia de forma muito expressiva campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto (91,2% de concordância agregada – “concorda ou concorda totalmente”), reformas do sistema eleitoral para aproximar e responsabilizar os eleitos (91,2% de concordância agregada), atividades práticas na escola que promovam a participação (90,4% de concordância agregada), integração de mais jovens nas listas de candidatura (90,2% de concordância agregada) e políticas públicas orientadas para os interesses dos jovens (93,5% de concordância agregada). Este bloco sugere uma clara preferência por estratégias de mobilização cívica, de educação e de políticas responsivas.
- Medidas de facilitação do voto com apoio maioritário, embora menos consensual. A diversificação dos locais de voto (83,2% de concordância agregada – “concorda ou concorda totalmente”) e a introdução do voto eletrónico (76,6% de concordância agregada) recolhem maiorias claras de concordância, embora com níveis de discordância mais visíveis do que no bloco anterior. Isto indica abertura a soluções de redução de custos e de modernização, mas com maior prudência, sobretudo no voto eletrónico.
- Medidas mais controversas e com menor apoio. A proposta de reduzir a idade mínima de voto para 16 anos é claramente rejeitada (67,2% de discordância agregada – “discorda ou discorda totalmente”; 32,8% de concordância agregada – “concorda ou concorda totalmente”), o que a torna a medida com maior resistência. Já a introdução do voto obrigatório divide a população, com uma ligeira maioria favorável (52,9% de concordância agregada; 47,1% de discordância agregada), evidenciando uma notória polarização.

Em suma, a população portuguesa tende a favorecer medidas que incentivam e aproximam os jovens da participação (informação, escola, reformas, inclusão e políticas direcionadas aos jovens). Contudo, rejeita ou mantém reserva perante mudanças que implicam a obrigatoriedade ou o alargamento do direito de voto aos 16 anos, sendo esta última a proposta com a rejeição mais marcada.

Síntese dos principais resultados:

Jovens

Participação eleitoral declarada

A participação eleitoral declarada refere-se ao comportamento de voto autodeclarado pelos inquiridos, isto é, se afirmam ter votado ou não nas eleições legislativas de janeiro de 2022. Funciona como um indicador de comparecimento às urnas na amostra em estudo e, inversamente, do não voto declarado. Deve ser interpretado como medida declarativa e não como estimativa da taxa oficial da abstenção.

A participação eleitoral foi avaliada através da seguinte questão:

Pode dizer-me se votou nas últimas eleições legislativas de janeiro de 2022?

Opções de resposta: “sim”; “não”; “Não sabe/Não responde”

Foram considerados somente os indivíduos com 18 ou mais anos.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100 %.

A participação eleitoral declarada na amostra de jovens (18 ou mais anos) evidencia um nível maioritário de comparecimento às urnas, ainda que acompanhado por uma proporção elevada de não participação. Em termos globais, 60,2% dos jovens inquiridos afirmam ter votado nas legislativas de janeiro de 2022, enquanto 39,4% declaram não ter votado. A não-resposta é residual (0,4%). Assim, observa-se a coexistência de uma maioria participativa com um segmento muito expressivo de não voto declarado. Ainda assim, os resultados devem ser lidos como medida declarativa (e não como estimativa da abstenção oficial), dado que inquéritos podem divergir dos resultados oficiais por fatores como a desejabilidade social, a memória e a composição amostral.

No que respeita às variáveis sociodemográficas consideradas, a análise revela os seguintes padrões:

- **Sexo:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. Descritivamente, o voto declarado é mais frequente entre os homens (63,5%) do que entre as mulheres (57,6%). Já o não voto é superior entre as mulheres (42,5%) em relação aos homens (36,5%).
- **Idade:** verifica-se a clivagem mais marcada e robusta, com diferenças estatisticamente significativas. O grupo de 18-24 anos distingue-se por uma participação declarada claramente mais baixa (40,4% votou) e por uma maioria de não voto (59,6%). No grupo de 25-34 anos, o voto declarado torna-se claramente maioritário: 73,7% votaram e 26,3% não votaram.
- **Escolaridade:** há diferenças estatisticamente significativas, com padrão de escolaridade diferenciado. O voto declarado é mais elevado no ensino superior (76,5%), enquanto se observa menor participação no ensino básico (56,6%) e, sobretudo, no ensino secundário (53,9%), onde se regista a maior proporção de não voto (46,1%).

- **Rendimento do agregado familiar:** identificam-se diferenças estatisticamente significativas e um gradiente claro associado à condição económica percecionada. O perfil menos participativo surge no grupo que refere que é muito difícil viver com o rendimento atual (35,6 % votaram; 64,4 % não votaram). A participação aumenta nos grupos difícil (56,9 %), razoável (63,6 %) e atinge o valor mais elevado no grupo confortável (79,2 %, com 20,8 % de não voto). Os dados evidenciam um contraste nítido entre o rendimento do agregado familiar e o voto declarado.
- **Habitat:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. Ainda assim, descritivamente, a zona rural/aldeia apresenta níveis muito elevados de voto declarado (91,4 %). Já os contextos mais urbanos revelam valores mais baixos (67,7 % em vila pequena/média; 61,9 % nos subúrbios; 58,2 % em grande vila/cidade).

Em suma, a participação eleitoral declarada entre jovens é maioritária, ainda que coexista com uma proporção muito relevante de não voto declarado. As diferenças sociodemográficas são estatisticamente significativas quanto à idade, à escolaridade e ao rendimento. O padrão mais forte regista-se na variável idade, com o grupo de 18-24 anos a apresentar um desfasamento muito acentuado em relação ao grupo de 25-34 anos. A escolaridade e o rendimento também exibem diferenças significativas, com maior não-voto no secundário e no grupo de rendimento muito difícil. Em contraste, o sexo e o habitat não apresentam associações estatisticamente significativas com o voto declarado no universo jovem analisado.

Eficácia política do voto

A eficácia política do voto, enquanto subdimensão da eficácia política externa, refere-se à perceção de que as eleições e a escolha entre alternativas (isto é, em quem se vota) têm consequências reais. Nesse sentido, o resultado eleitoral pode influenciar a ação governativa e a orientação das políticas públicas, não sendo indiferente qual a opção vencedora.

A eficácia política do voto foi avaliada através da seguinte questão:

Há quem tenha opiniões muito diferentes sobre como o voto condiciona as políticas adotadas pelos governos. Gostaria que me desse a sua opinião, escolhendo um número entre 0 e 10, em que 0 significa que “as políticas dos governos são todas iguais e não faz qualquer diferença em quem as pessoas votam” e 10 significa que “as políticas dos governos são todas muito diferentes e faz muita diferença em quem as pessoas votam”.

Para fins analíticos, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: as posições 0 e 1 foram classificadas como “nenhuma diferença”; as posições 2 e 3 como “pouca diferença”; as posições 4, 5 e 6 como “alguma diferença”; as posições 7 e 8 como “muita diferença”; e as posições 9 e 10 como “toda a diferença”. A recodificação da escala 0-10 em classes ordinais visa facilitar a interpretação substantiva dos resultados e a comparação entre subgrupos.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100 %.

A eficácia política do voto entre os jovens portugueses apresenta um perfil globalmente favorável, com predominância de perceções de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos. Em termos globais, 33,7% dos jovens indicam que faz “muita diferença” e 17,1% que faz “toda a diferença”, enquanto 13,7% se posicionam na categoria intermédia (“alguma diferença”). As perceções de baixa eficácia são minoritárias, visto que 9,2% referem “pouca diferença” e 3,5% “nenhuma diferença”. A leitura com categorias agregadas confirma este padrão: 50,8% dos inquiridos situam-se na categoria elevada (“muita ou toda a diferença”); 13,7% na categoria intermédia (“alguma diferença”); 12,7% na categoria reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”). Importa, contudo, realçar que uma parte relevante da amostra opta por não se posicionar nesta avaliação (22,9%).

No que respeita às variáveis sociodemográficas consideradas, a análise revela os seguintes padrões:

- **Sexo:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. Em termos descritivos, a perceção elevada (“muita ou toda a diferença”) é a mais frequente e está muito próxima entre os sexos (63,9% entre os homens e 67,9% entre as mulheres). A perceção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) também apresenta valores semelhantes (15,2% e 17,8%), e a categoria intermédia (“alguma diferença”) é ligeiramente mais frequente entre os homens (20,9%) do que entre as mulheres (14,4%).
- **Grupo etário:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. Em ambos os grupos, predomina a perceção de elevada eficácia, embora com variações descritivas: 59,5% entre os 16-24 anos e 70,3% entre os 25-34 anos. A perceção de reduzida eficácia é ligeiramente superior entre os 16-24 anos (18%) do que entre os 25-34 anos (15,3%). Já a categoria intermédia tem maior peso entre os 16-24 anos (22,5% versus 14,4%).
- **Escolaridade:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. Ainda assim, descritivamente, o ensino superior destaca-se por maior concentração em perceções de elevada eficácia (75,6% em “muita ou toda a diferença”) e menor expressão de perceções reduzidas (8,7% em “nenhuma ou pouca”), em comparação com o ensino básico (57,5% e 19%, respetivamente) e o ensino secundário (64,6% e 19,4%, respetivamente). A categoria intermédia (“alguma diferença”) tende a diminuir com a escolaridade (23,5% no básico; 16% no secundário; 15,7% no superior).
- **Rendimento do agregado familiar:** observam-se diferenças estatisticamente significativas associadas a um padrão claro. A perceção de eficácia elevada aumenta à medida que a condição económica percecionada melhora, passando de 54,8% no grupo “muito difícil” para 58,7% no grupo “difícil”, 69% no grupo “razoável” e 79,8% no grupo “confortável”. Em paralelo, a categoria intermédia (“alguma diferença”) é mais frequente nos grupos de maior vulnerabilidade económica (27,7% no grupo “muito difícil”) e reduz-se no grupo “confortável” (7,5%). Este perfil sugere que a convicção de que o voto tem impacto é mais intensa entre jovens em situações económicas mais favoráveis, em especial no grupo “confortável”.
- **Habitat:** não se registam diferenças estatisticamente significativas. Apesar disso, existem variações descritivas, visto que a perceção elevada varia entre 57,5% na vila pequena/média e 71,5% na zona rural/aldeia, situando-se em 70,6% nos subúrbios e em 65% na grande vila/cidade. A perceção de reduzida eficácia é mais elevada na vila pequena ou média (28%) e mais baixa nos subúrbios (8,8%), com valores intermédios na grande vila/cidade (17,5%) e na zona rural/aldeia (10,4%).

Em suma, a eficácia política do voto entre os jovens revela uma orientação maioritariamente favorável. Predominam as perceções de que o voto faz diferença, e as visões de baixa eficácia são minoritárias, embora coexistam com uma percentagem relevante de não-resposta. As diferenças sociodemográficas não são estatisticamente significativas por sexo, grupo etário, escolaridade e *habitat*, apesar de algumas variações descritivas (por exemplo, maior eficácia percecionada no ensino superior e menor na vila pequena/média). O rendimento do agregado familiar destaca-se como o fator com associação estatisticamente significativa, evidenciando um gradiente claro. Os jovens em condições económicas mais favoráveis concentram-se mais nas perceções de eficácia do voto elevada, enquanto os grupos em maior dificuldade tendem a apresentar menor intensidade de eficácia e maior peso na categoria intermédia.

Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens

As medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens referem-se às atitudes dos inquiridos perante um conjunto de propostas destinadas a promover o voto entre os mais jovens.

Foram avaliadas através da seguinte questão:

Os estudos indicam que os jovens tendem a participar politicamente menos do que os seus concidadãos mais velhos. Indique, por favor, o seu grau de concordância com cada uma das seguintes medidas que lhe vou ler e que visam aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. Para cada uma, diga-me se “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”:

Medidas: introduzir o voto obrigatório; reduzir da idade mínima para votar dos 18 anos para os 16 anos; campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto; introduzir o voto eletrónico, o voto através de aplicação ou multibanco; diversificar os lugares onde é possível votar; reformar o sistema eleitoral; desenvolver na Escola, atividades de natureza prática, que promovam a participação dos jovens; fazer com que os partidos integrem mais jovens nas suas listas de candidatura; estimular os jovens a integrarem as juventudes partidárias; apresentar políticas públicas que vão diretamente ao encontro dos anseios e interesses dos mais jovens.

Opções de resposta: “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”.

Os jovens portugueses revelam um apoio muito amplo à maioria das medidas propostas para aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. Predominam posições favoráveis a soluções baseadas na mobilização cívica, na educação para a participação, nas reformas institucionais e na facilitação logística do ato de votar. Já as propostas que alteram as regras de base do sistema (voto obrigatório e voto aos 16 anos) são as que geram maior divisão e resistência.

No que respeita às medidas avaliadas, os resultados evidenciam os seguintes padrões:

- Medidas com consenso muito elevado. Verifica-se um bloco de propostas com concordância agregada muito alta e com discordância residual. Destacam-se políticas públicas orientadas aos interesses dos jovens (95% de concordância agregada – “concorda ou concorda totalmente”), reforma do sistema eleitoral (94,6% de concordância agregada), campanhas públicas de sensibilização para a impor-

tância do voto (94,4% de concordância agregada), integração de mais jovens nas listas de candidatura (93,4% de concordância agregada), atividades práticas na escola (92,2% de concordância agregada), estímulo à integração em juventudes partidárias (91,9% de concordância agregada) e diversificação dos locais de voto (91,2% de concordância agregada). Em todas estas medidas, a discordância agregada é muito baixa (entre 5% e 8,8%), sugerindo uma percepção generalizada de que a participação eleitoral dos jovens pode ser reforçada sobretudo por incentivos, inclusão, socialização cívica e maior responsividade política.

- Medidas de modernização do acesso ao voto. A introdução do voto eletrónico recolhe também um apoio expressivo (85,5% de concordância agregada – “concorda ou concorda totalmente”), ainda que com maior reserva relativa (14,5% de discordância agregada) em comparação com as medidas de mobilização, educação e reforma institucional. Isto aponta para uma abertura à modernização, mas com maior dispersão de opiniões.
- Medidas mais controversas e de menor consenso. Duas propostas concentram claramente a maior divisão. A redução da idade mínima de voto para 16 anos é globalmente rejeitada (59,4% de discordância agregada – “discorda ou discorda totalmente”; 40,6% de concordância agregada – “concorda ou concorda totalmente”). Isto indica que, mesmo entre os jovens, predomina uma posição cautelosa quanto à extensão do direito de voto. Já a introdução do voto obrigatório apresenta um perfil polarizado, com ligeira predominância da discordância (51,6% de discordância agregada) em relação à concordância (48,5% de concordância agregada), o que reflete a ausência de consenso consolidado.

Em suma, entre os jovens portugueses, há forte apoio a medidas que promovem a participação eleitoral por meio de sensibilização, educação cívica, reformas de aproximação e responsabilização política, inclusão dos jovens na representação e redução dos custos logísticos do voto. Em contrapartida, as propostas que implicam mudanças estruturais nas regras formais de participação, sobretudo o voto aos 16 anos e, em menor grau, o voto obrigatório, são as que enfrentam maior resistência e divisão.

Síntese dos principais resultados:

Comparação entre população e jovens

Participação eleitoral declarada

A participação eleitoral declarada refere-se ao comportamento de voto autodeclarado pelos inquiridos, isto é, se afirmam ter votado ou não nas eleições legislativas de janeiro de 2022. Funciona como um indicador de comparecimento às urnas na amostra em estudo e, inversamente, do não voto declarado. Deve ser interpretado como medida declarativa e não como estimativa da taxa oficial da abstenção.

A participação eleitoral foi avaliada através da seguinte questão:

Pode dizer-me se votou nas últimas eleições legislativas de janeiro de 2022?

Opções de resposta: “sim”; “não”; “Não sabe/Não responde”

Foram considerados somente os indivíduos com 18 ou mais anos.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100 %.

A comparação entre a população portuguesa (18+ anos) e os jovens (18-34 anos) evidencia um padrão comum. Em ambos os grupos, o voto autodeclarado predomina, indicando que a participação eleitoral declarada é maioritária na amostra. Em termos globais, 71,9% da população afirma ter votado nas legislativas de janeiro de 2022, valor que desce para 60,2% entre os jovens, mantendo-se, ainda assim, a resposta mais frequente.

Apesar desta continuidade, observa-se uma diferença geracional substantiva na magnitude do não-voto declarado. Entre os jovens, 39,4% indicam não ter votado, enquanto na população, esse valor é de 26,3%. Ou seja, a principal clivagem entre grupos concentra-se numa maior prevalência de não voto entre os jovens (mais 13,1 pontos percentuais), o que se traduz em menor participação eleitoral declarada neste segmento. Ainda assim, importa realçar que, entre os jovens, o não-voto-declarado é especialmente elevado no grupo dos 18 a 24 anos, em comparação com o observado no grupo dos 25 a 34 anos, cujos níveis de participação já se aproximam dos valores verificados na amostra da população.

A não-resposta é residual em ambos os casos, embora ligeiramente distinta: 1,8% na população e 0,4% entre os jovens. Isto sugere uma elevada capacidade/disposição para reportar o comportamento eleitoral nos dois universos estudados.

Em suma, os resultados apontam para continuidade no predomínio do voto declarado, mas com uma diferença geracional consistente e relevante, centrada no maior não-voto declarado entre os jovens (especialmente entre os 18 e os 24 anos). Estes resultados devem ser interpretados como uma medida declarativa na amostra (e não como estimativa da abstenção oficial), podendo refletir fatores como a desejabilidade social, os lapsos de memória e a composição amostral.

Eficácia política do voto

A eficácia política do voto, enquanto subdimensão da eficácia política externa, refere-se à perceção de que as eleições e a escolha entre alternativas (isto é, em quem se vota) têm consequências reais. Nesse sentido, o resultado eleitoral pode influenciar a ação governativa e a orientação das políticas públicas, não sendo indiferente qual a opção vencedora.

A eficácia política do voto foi avaliada através da seguinte questão:

Há quem tenha opiniões muito diferentes sobre como o voto condiciona as políticas adotadas pelos governos. Gostaria que me desse a sua opinião, escolhendo um número entre 0 e 10, em que 0 significa que “as políticas dos governos são todas iguais e não faz qualquer diferença em quem as pessoas votam” e 10 significa que “as políticas dos governos são todas muito diferentes e faz muita diferença em quem as pessoas votam”.

Para fins analíticos, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: as posições 0 e 1 foram classificadas como “nenhuma diferença”; as posições 2 e 3 como “pouca diferença”; as posições 4, 5 e 6 como “alguma diferença”; as posições 7 e 8 como “muita diferença”; e as posições 9 e 10 como “toda a diferença”. A recodificação da escala 0-10 em classes ordinais visa facilitar a interpretação substantiva dos resultados e a comparação entre subgrupos.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100 %.

A comparação entre a população portuguesa e os jovens evidencia um padrão global muito semelhante na perceção de eficácia política do voto. Em ambos os grupos, predomina a ideia de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos, com maior concentração nas categorias do polo positivo (“muita” e “toda” a diferença). As diferenças geracionais existem, mas são pequenas e, no essencial, indicam uma perceção ligeiramente mais afirmativa entre os jovens.

Na distribuição entre as cinco categorias, observa-se uma estrutura praticamente idêntica. O núcleo principal situa-se em “muita diferença” (31,6% na população; 33,7% entre os jovens) e em “toda a diferença” (16,3% versus 17,1%, respetivamente). Isto indica que, tanto na população como entre os jovens, a leitura dominante é a de que as escolhas eleitorais têm consequências reais. A posição intermédia (“alguma diferença”) também é muito próxima (13,1% na população; 13,7% entre os jovens). Isto sugere a presença de um segmento estável que reconhece o impacto, porém de forma moderada.

No polo de baixa eficácia, as diferenças são reduzidas. A ideia de que faz “pouca diferença” surge com valores muito semelhantes (10,4% na população; 9,2% entre os jovens). A opção “nenhuma diferença” permanece minoritária em ambos os grupos (2,8% na população; 3,5% entre os jovens). Assim, o ceticismo mais forte é residual tanto na população como entre os jovens, ainda que, entre estes, sem alterar o padrão geral, se observe um valor ligeiramente superior na categoria de “nenhuma diferença”.

A leitura com categorias agregadas reforça a convergência assinalada. A perceção de elevada eficácia (“muita ou toda a diferença”) é dominante em ambos os grupos, com pequena vantagem dos jovens (47,9% na população; 50,8% entre os jovens). A perceção de reduzida eficácia (“nenhuma ou pouca diferença”) é igualmente próxima e ligeiramente inferior entre os jovens (13,2% na população; 12,7% entre os jovens). A categoria intermédia (“alguma diferença”) situa-se em valores próximos entre os dois grupos (13,1% na população; 13,7% entre os jovens).

Importa ainda realçar que a não-resposta é elevada em ambos os grupos, mas menos frequente entre os jovens (25,9% na população e 22,9% entre os jovens). Este resultado sugere uma ligeira maior propensão dos jovens para se posicionarem nesta avaliação, embora a indecisão/ausência de resposta continue a ter expressão social relevante nos dois grupos.

Em suma, os resultados apontam para uma continuidade geracional clara na perceção da eficácia política do voto. A população e os jovens tendem a considerar que o voto faz diferença, com predominância do polo positivo. As diferenças geracionais são sobretudo descritivas e de pequena magnitude. Ainda assim, são consistentes com um padrão em que os jovens revelam ligeiramente mais eficácia percebida do voto e menor não-resposta, sem configurar uma clivagem geracional substantiva.

Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens

As medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens referem-se às atitudes dos inquiridos perante um conjunto de propostas destinadas a promover o voto entre os mais jovens.

Foram avaliadas através da seguinte questão:

Os estudos indicam que os jovens tendem a participar politicamente menos do que os seus concidadãos mais velhos. Indique, por favor, o seu grau de concordância com cada uma das seguintes medidas que lhe vou ler e que visam aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. Para cada uma, diga-me se “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”:

Medidas: introduzir o voto obrigatório; reduzir da idade mínima para votar dos 18 anos para os 16 anos; campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto; introduzir o voto eletrónico, o voto através de aplicação ou multibanco; diversificar os lugares onde é possível votar; reformar o sistema eleitoral; desenvolver na Escola, atividades de natureza prática, que promovam a participação dos jovens; fazer com que os partidos integrem mais jovens nas suas listas de candidatura; estimular os jovens a integrarem as juventudes partidárias; apresentar políticas públicas que vão diretamente ao encontro dos anseios e interesses dos mais jovens.

Opções de resposta: “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”.

A comparação entre a população portuguesa e os jovens evidencia um padrão de apoio amplamente convergente com as medidas destinadas a aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. Em ambos os grupos, predomina uma orientação favorável a soluções baseadas na sensibilização cívica, na educação para a participação, nas reformas institucionais e na facilitação do acesso ao voto. Já as propostas que alteram as regras de base (voto obrigatório e voto aos 16) concentram maior divisão. As diferenças geracionais, quando existem, são sobretudo descritivas e de pequena magnitude, tendendo a indicar maior apoio dos jovens na maioria das medidas e menor não-resposta.

No conjunto de propostas com consenso muito elevado, população e jovens mostram níveis muito fortes de concordância com medidas como políticas públicas orientadas para os interesses dos jovens, reforma do sistema eleitoral para aproxi-

mar e responsabilizar os eleitos, campanhas públicas de sensibilização, atividades práticas na escola, integração de mais jovens nas listas de candidatura, estímulo à participação em juventudes partidárias e diversificação dos locais de voto. Em todas estas áreas, a discordância agregada é baixa e a concordância agregada é predominante. Isto reflete um entendimento transversal de que a participação jovem pode ser reforçada, sobretudo, por incentivos, inclusão, socialização cívica e maior responsividade política.

Entre as medidas de modernização do acesso ao voto, a introdução do voto eletrónico também recolhe um apoio maioritário em ambos os grupos, ainda que com maior dispersão relativa. Contudo, a comparação sugere um padrão consistente de maior abertura dos jovens a esta solução, bem como de menor nível de não-resposta.

As maiores divergências geracionais surgem nas duas propostas mais controversas. A redução da idade mínima de voto para 16 anos é maioritariamente rejeitada por ambos os grupos. Contudo, a rejeição é mais intensa na população, sendo que os jovens são relativamente mais recetivos à medida. Já o voto obrigatório revela-se o tema mais polarizador. Na população, verifica-se uma ligeira predominância de concordância. Já entre os jovens, há uma ligeira predominância de discordância, o que aponta para maior resistência juvenil à obrigatoriedade.

Em suma, os resultados apontam para continuidade geracional na avaliação das medidas. População e jovens convergem fortemente na preferência por estratégias não coercivas, centradas em educação, mobilização, inclusão e reformas que reforcem a ligação entre eleitos e eleitores, bem como por soluções que reduzam custos e obstáculos à participação. Ainda que as diferenças geracionais sejam limitadas, elas revelam alguma consistência. Os jovens tendem a apoiar ligeiramente mais a maioria das medidas e a responder mais, distinguindo-se, contudo, por maior oposição ao voto obrigatório e por maior abertura ao voto aos 16 anos, apesar de esta última medida continuar a ser rejeitada pela maioria em ambos os grupos.



Capítulo 1

Atitudes e comportamentos da população relativos à participação eleitoral

Neste capítulo, são apresentados e analisados de forma desenvolvida os resultados relativos às atitudes e aos comportamentos da população em relação à participação eleitoral em três domínios: (1) Participação eleitoral declarada; (2) Eficácia política do voto; (3) Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens

1. Participação eleitoral declarada

A participação eleitoral declarada refere-se ao comportamento de voto autodeclarado pelos inquiridos, isto é, se afirmam ter votado ou não nas eleições legislativas de janeiro de 2022. Funciona como um indicador de comparecimento às urnas na amostra em estudo e, inversamente, do não voto declarado. Deve ser interpretado como medida declarativa e não como estimativa da taxa oficial de abstenção.

A participação eleitoral foi avaliada através da seguinte questão:

Pode dizer-me se votou nas últimas eleições legislativas de janeiro de 2022?

Opções de resposta: “sim”; “não”; “Não sabe/Não responde”

Foram considerados somente os indivíduos com 18 ou mais anos.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

1.1 Análise global

A participação eleitoral declarada na amostra em estudo da população portuguesa evidencia um nível elevado de comparecimento às urnas nas eleições legislativas de janeiro de 2022. No total, 71,9% dos inquiridos (com 18 anos ou mais) afirmam ter votado. Isto sugere que, neste universo amostral, a participação autodeclarada é o comportamento predominante.

O não voto declarado, contudo, é expressivo, visto que 26,3% indicam não ter votado. Este resultado revela a coexistência, no universo estudado, de uma maioria participativa e de um segmento significativo que não participou no ato eleitoral.

Importa também assinalar que a não-resposta é residual, visto que apenas 1,8% selecionam “não sabe/não responde”. Isto indica que a grande maioria dos inquiridos consegue posicionar-se claramente quanto ao seu comportamento eleitoral.

Em síntese, os dados mostram que a participação eleitoral declarada é maioritária na amostra da população (cerca de sete em cada dez inquiridos), coexistindo com uma minoria substantiva de não voto declarado (cerca de um quarto). Estes resultados devem ser lidos como uma medida declarativa do comportamento de voto no universo estudado e não como estimativa da taxa oficial de abstenção. São frequentes, em inquéritos, diferenças face aos resultados oficiais (por exemplo, devido à desejabilidade social, a lapsos de memória ou à composição amostral).

Gráfico 1 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022 (em %) – População



1.2 Análise por sexo

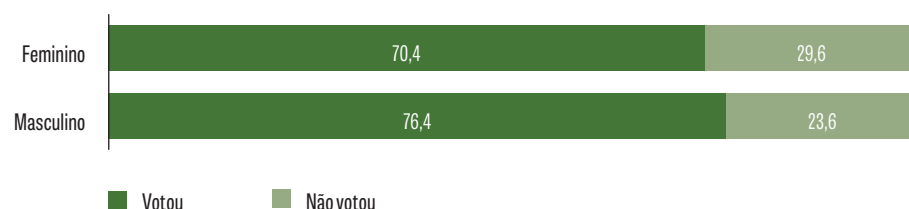
A análise da participação eleitoral declarada, segundo o sexo, permite avaliar se existem diferenças entre homens e mulheres quanto ao comportamento de voto autodeclarado nas eleições legislativas de janeiro de 2022 (comparecimento às urnas versus não voto declarado).

A desagregação por sexo revela diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres, sugerindo que o comportamento eleitoral declarado varia de forma relevante conforme o sexo.

Em termos de distribuição, entre os homens, a participação declarada é mais elevada, visto que 76,4% afirmam ter votado e 23,6% declaram não ter votado. Entre as mulheres, a proporção de voto declarado é inferior e a de não voto declarado é superior, visto que 70,4% indicam ter votado e 29,6% referem não ter votado. Assim, observa-se um diferencial em que as mulheres reportam maior não-voto declarado, enquanto os homens reportam maior participação declarada.

Em síntese, os resultados indicam uma clivagem por sexo no comportamento eleitoral declarado. Embora o voto autodeclarado seja maioritário em ambos os grupos, ele é mais frequente entre os homens, enquanto o não voto declarado é mais frequente entre as mulheres. Esta diferença é estatisticamente significativa, indicando um padrão diferenciado de participação eleitoral declarada por sexo no universo analisado.

Gráfico 2 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste qui-quadrado: $X^2=4,287$; gl=1; valor-p=0,038

1.3 Análise por grupo etário

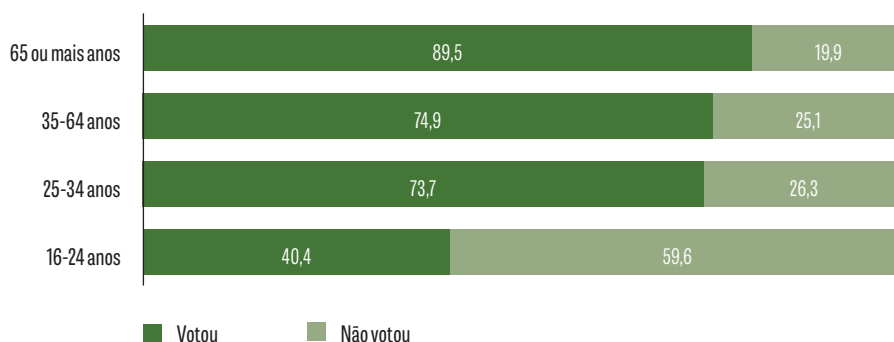
A análise da participação eleitoral declarada, segundo o grupo etário, permite avaliar se existem diferenças entre as faixas etárias quanto ao comportamento de voto autodeclarado nas eleições legislativas de janeiro de 2022 (voto declarado versus não voto declarado).

A desagregação por idade revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos etários, indicando que a participação eleitoral declarada varia de forma marcada ao longo do ciclo de vida.

Em termos de distribuição, observa-se um contraste nítido entre os 18-24 anos e os restantes grupos. Entre os mais jovens, a participação declarada é minoritária, visto que 40,4% afirmam ter votado, enquanto 59,6% declaram não ter votado. Já nos 25-34 anos, a participação declarada torna-se claramente maioritária (73,7% votou e 26,3% não votou), mantendo-se em níveis semelhantes no grupo de 35-64 anos (74,9% votou e 25,1% não votou) e atingindo o valor mais elevado no grupo de 65 ou mais (80,1% votou e 19,9% não votou).

Em síntese, os resultados indicam uma clivagem etária robusta na participação eleitoral declarada. O grupo de 18-24 anos destaca-se por níveis substancialmente mais baixos de voto declarado e por uma maioria de não voto declarado, ao passo que, a partir dos 25 anos, o voto declarado passa a ser maioritário e tende a aumentar com a idade. Trata-se, portanto, de um padrão geracional/etário bem definido, estatisticamente significativo, que sugere uma participação eleitoral declarada significativamente menor no segmento mais jovem do eleitorado.

Gráfico 3 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste qui-quadrado: $X^2=69,742$; gl=3; valor-p=<0,001

1.4 Análise por escolaridade

A análise da participação eleitoral declarada, segundo a escolaridade, permite avaliar se existem diferenças entre os níveis de ensino quanto ao comportamento de voto autodeclarado nas eleições legislativas de janeiro de 2022 (voto declarado versus não voto declarado).

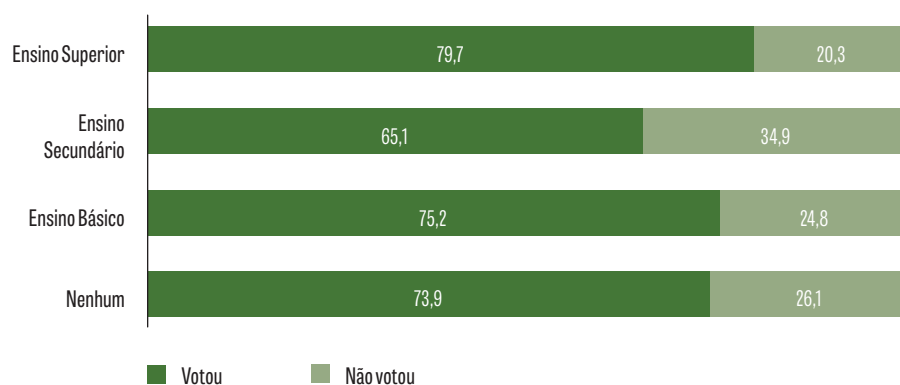
A desagregação por escolaridade revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, indicando que a participação eleitoral declarada varia de forma relevante conforme o nível de ensino.

Em termos de distribuição, observa-se que a participação declarada é maioritária em todos os níveis de escolaridade, mas com intensidades distintas. Entre os inquiridos sem escolaridade, 73,9% afirmam ter votado e 26,1% declaram não ter votado. No ensino básico, o padrão é muito próximo, visto que 75,2% votaram e 24,8% não votaram. Já no ensino secundário, regista-se um perfil menos favorável à participação, com 65,1% de voto declarado e 34,9% de não voto declarado. Por fim, no ensino

superior, observa-se o valor mais elevado de participação declarada (79,7% votou e 20,3% não votou).

Em síntese, os resultados indicam uma associação estatisticamente significativa entre a escolaridade e a participação eleitoral declarada. Apesar do voto declarado ser dominante em todos os grupos, destaca-se um padrão de maior não-voto declarado no ensino secundário, em contraste com níveis mais elevados de participação declarada no ensino superior e com valores também altos nos grupos sem escolaridade e com ensino básico. Os dados sugerem que as diferenças por escolaridade não formam um gradiente linear e sim um perfil diferenciado. O ensino secundário concentra a proporção mais elevada de não voto declarado, enquanto o ensino superior apresenta o nível mais elevado de participação eleitoral declarada.

Gráfico 4 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste qui-quadrado: $X^2=16,846$; gl=3; valor-p=<0,001

1.5 Análise por rendimento do agregado familiar

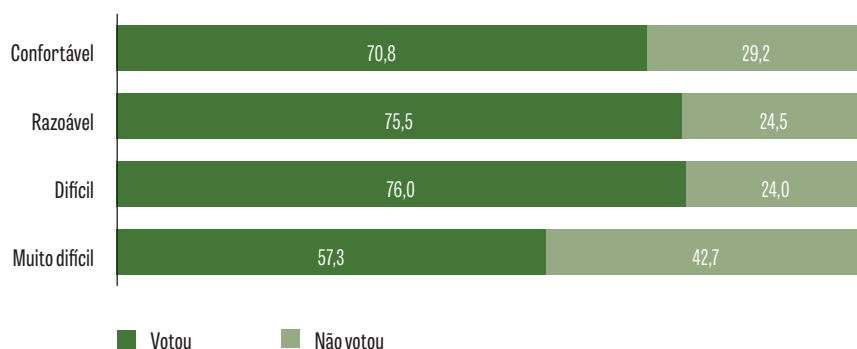
A análise da participação eleitoral declarada segundo o rendimento do agregado familiar permite avaliar se existem diferenças na probabilidade de votar (autodeclarada) em função da condição económica percecionada.

A desagregação por rendimento revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, indicando que a participação eleitoral declarada varia de forma relevante conforme a situação económica percecionada.

Em termos descritivos, observa-se que o grupo que refere que é “muito difícil” viver com o rendimento atual apresenta o perfil menos participativo, visto que 57,3% declaram ter votado e 42,7% afirmam não ter votado. Em contraste, nos grupos “difícil” e “razoável”, a participação declarada é claramente mais elevada e muito próxima entre si (76% e 75,5% declaram ter votado), com níveis de não voto declarados mais baixos (24% e 24,5%, respetivamente). No grupo “confortável”, a participação declarada mantém-se maioritária (70,8%), embora com um valor inferior ao observado nos grupos “difícil” e “razoável”, bem como com uma proporção de não voto mais elevada (29,2%).

Em síntese, os resultados mostram uma associação estatisticamente significativa entre o rendimento percecionado e a participação eleitoral declarada. O padrão é claro, visto que quando é “muito difícil” viver com o rendimento atual, a participação declarada é mais baixa e o não voto declarado é substancialmente mais elevado. Nos restantes grupos, a participação é maioritária e relativamente alta, com um pico nos segmentos “difícil”/“razoável” e uma ligeira descida no grupo “confortável”. Isto sugere um perfil não totalmente linear, mas com diferenciação nítida em relação ao grupo economicamente mais vulnerável.

Gráfico 5 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste qui-quadrado: $\chi^2=18,813$; gl=3; valor-p= $<0,001$

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente

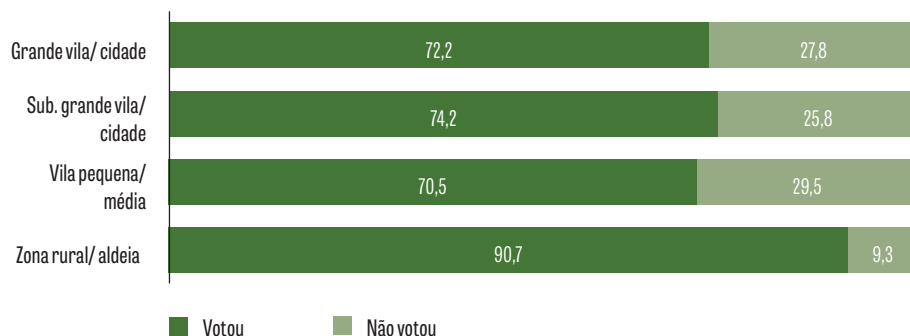
1.6 Análise por *habitat*

A análise da participação eleitoral declarada, segundo o *habitat*, permite avaliar se existem diferenças no comparecimento às urnas (voto autodeclarado) entre contextos territoriais de residência.

A desagregação por *habitat* revela diferenças estatisticamente significativas na distribuição do voto declarado, indicando uma associação entre o contexto residencial e a probabilidade dos inquiridos afirmarem ter votado.

Em termos descritivos, a zona rural, ou aldeia, destaca-se por apresentar um perfil mais participativo, visto que a larga maioria declara ter votado, enquanto o não voto é de expressão bastante reduzida. Nos restantes contextos (vila pequena ou média, subúrbios de grande vila ou cidade e grande vila ou cidade) observa-se um padrão relativamente próximo entre si, com maior prevalência de voto declarado, mas com uma proporção de não voto claramente mais elevada do que na zona rural/aldeia.

Em síntese, os resultados sugerem que a participação eleitoral declarada não é homogénea por *habitat*. Existe uma diferença estatisticamente significativa, com a zona rural/aldeia a evidenciar um padrão mais favorável ao voto declarado. Já os contextos urbanos e semiurbanos apresentam níveis de não voto mais elevados, embora o voto permaneça maioritário em todos os *habitats*.

Gráfico 6 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População

Teste qui-quadrado: $X^2=9,999$; gl=3; valor-p=0,019

2. Eficácia política do voto

A eficácia política do voto, enquanto subdimensão da eficácia política externa, refere-se à perceção de que as eleições e a escolha entre alternativas (isto é, em quem se vota) têm consequências reais. Nesse sentido, o resultado eleitoral pode influenciar a ação governativa e a orientação das políticas públicas, não sendo indiferente qual a opção vencedora.

A eficácia política do voto foi avaliada através da seguinte questão:

Há quem tenha opiniões muito diferentes sobre como o voto condiciona as políticas adotadas pelos governos. Gostaria que me desse a sua opinião, escolhendo um número entre 0 e 10, em que 0 significa que “as políticas dos governos são todas iguais e não faz qualquer diferença em quem as pessoas votam” e 10 significa que “as políticas dos governos são todas muito diferentes e faz muita diferença em quem as pessoas votam”.

Para fins analíticos, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: as posições 0 e 1 foram classificadas como “nenhuma diferença”; as posições 2 e 3 como “pouca diferença”; as posições 4, 5 e 6 como “alguma diferença”; as posições 7 e 8 como “muita diferença”; e as posições 9 e 10 como “toda a diferença”. A recodificação da escala 0-10 em classes ordinais visa facilitar a interpretação substantiva dos resultados e a comparação entre subgrupos.

Adicionalmente, para simplificar a análise, as categorias “nenhuma diferença” e “pouca diferença” foram agregadas numa única categoria, que capta uma perceção reduzida de eficácia política do voto. De forma análoga, as categorias “muita diferença” e “toda a diferença” também foram agrupadas numa única categoria, que capta uma perceção elevada de eficácia política do voto. A categoria ‘alguma diferença’ foi mantida como uma categoria intermédia para captar posições moderadas.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

2.1 Análise global

A população portuguesa tende a reconhecer a eficácia política do voto, visto que, para uma parte expressiva dos inquiridos, faz diferença em quem se vota no que respeita às políticas adotadas pelos governos. Na distribuição pelas cinco categorias, destaca-se a predominância de avaliações no polo positivo, visto que 31,6% consideram que faz “muita diferença” e 16,3% que faz “toda a diferença”. Os dados

revelam uma percepção relativamente elevada de que as escolhas eleitorais têm consequências reais.

Em contraste, as percepções de baixa eficácia do voto são minoritárias. Apenas 2,8% afirmam que não faz “nenhuma diferença” e 10,4% afirmam que faz “pouca diferença”. Isto sugere que a ideia de que “votar não altera nada” tem expressão limitada no universo estudado. A categoria intermédia (“alguma diferença”) reúne 13,1%, o que indica um segmento que reconhece o impacto do voto, porém de forma moderada.

A leitura com categorias agregadas clarifica o padrão global. Quase metade dos inquiridos posiciona-se numa percepção elevada de eficácia do voto (47,9% em “muita ou toda a diferença”), enquanto 13,2% se concentram numa percepção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) e 13,1% mantêm uma posição intermédia (“alguma diferença”). Este perfil sugere que, entre os que se posicionam, predomina claramente a ideia de que o voto importa e pode influenciar as políticas governamentais.

Importa, contudo, assinalar que a não-resposta é elevada, visto que 25,9% respondem “não sabe/não responde”. Este valor indica que uma proporção relevante da amostra não se posiciona nesta avaliação, o que pode refletir indecisão, menor envolvimento político ou dificuldade em traduzir a percepção do impacto do voto numa escala abstrata.

Em síntese, os resultados mostram que a percepção da eficácia política do voto na população portuguesa é, em geral, mais favorável do que cética. As avaliações de que faz “muita” ou “toda a diferença” são as mais comuns e superam claramente as de que o voto faz “pouca” ou “nenhuma diferença”. Ainda assim, a expressividade da não-resposta sugere que esta dimensão não é igualmente clara ou mobilizadora para todos os inquiridos, coexistindo uma maioria que atribui impacto ao voto e um contingente relevante que não se posiciona.

Gráfico 7 Eficácia política do voto (em w) – População

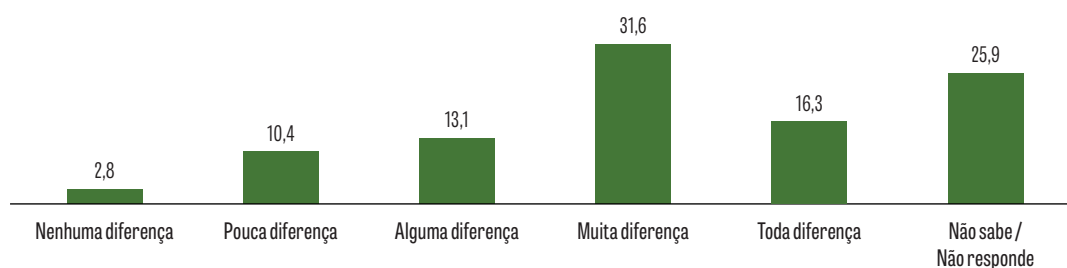
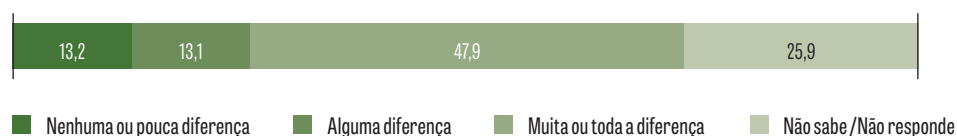


Gráfico 8 Eficácia política do voto com categorias agregadas (em %) – População



2.2 Análise por sexo

A análise da eficácia política do voto, segundo o sexo, permite avaliar se existem diferenças entre homens e mulheres quanto à percepção de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos.

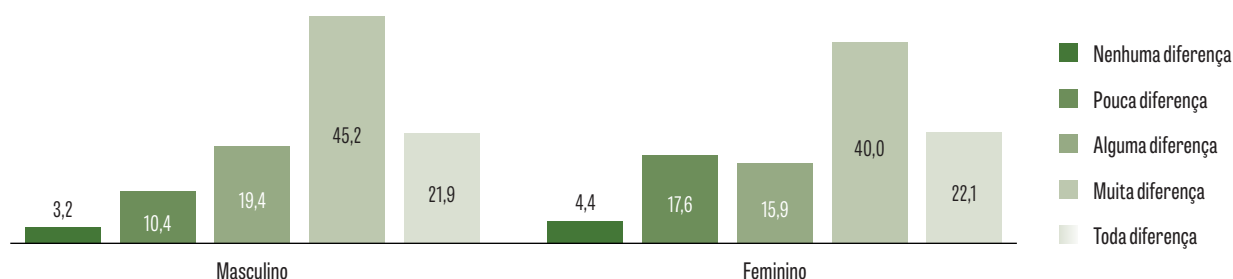
A desagregação por sexo não revela diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres, sugerindo que a distribuição das respostas é semelhante em ambos os grupos.

Em termos de distribuição nas cinco categorias, entre os homens predominam avaliações elevadas, visto que 45,2% indicam “muita diferença” e 21,9% “toda a diferença”. As percepções de baixa eficácia têm menor expressão (10,4% “pouca diferença” e 3,2% “nenhuma diferença”), enquanto 19,4% se posicionam em “alguma diferença”. Entre as mulheres, observa-se um padrão próximo, sendo que 40% assinalam “muita diferença” e 22,1% “toda a diferença”. Já as categorias de baixa eficácia têm maior peso relativo do que entre os homens (17,6% “pouca diferença” e 4,4% “nenhuma diferença”) e 15,9% indicam “alguma diferença”. Em termos descritivos, ainda que sem divergência substantiva, as mulheres concentram-se um pouco mais nas categorias de menor eficácia, enquanto os homens apresentam maior peso em “muita diferença”.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura. A percepção elevada de eficácia (“muita ou toda a diferença”) é maioritária em ambos os sexos e está muito próxima entre homens (67,1%) e mulheres (62,1%). Já a percepção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) é ligeiramente superior entre as mulheres (22%) em relação aos homens (13,6%), enquanto a categoria intermédia (“alguma diferença”) se mantém semelhante (19,4% versus 15,9%).

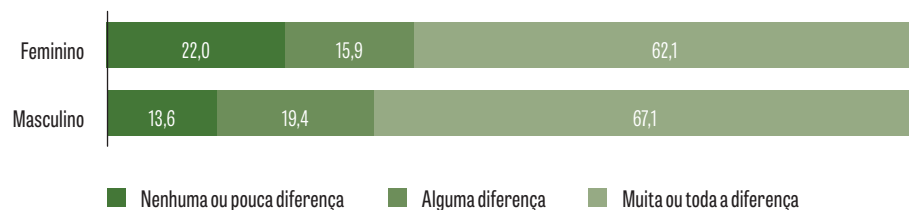
Em síntese, não se identificam diferenças estatisticamente significativas por sexo na eficácia política do voto. Em ambos os grupos, predomina a percepção de que o voto tem impacto, coexistindo com uma parcela menor, embora relevante, que considera que faz pouca ou nenhuma diferença. As pequenas variações observadas são sobretudo descritivas e não configuram uma clivagem por sexo.

Gráfico 9 Eficácia política do voto: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste de Mann-Whitney: $Z = -1,239$; valor $p = 0,215$

Gráfico 10 Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



2.3 Análise por grupo etário

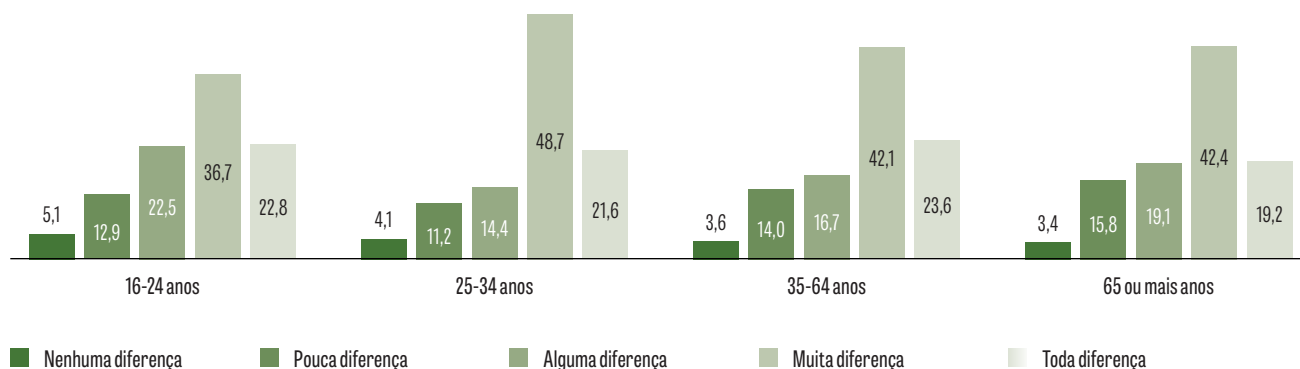
A análise da eficácia política do voto, segundo o grupo etário, permite avaliar se existem diferenças entre faixas etárias na percepção de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos.

A desagregação por idade não revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos etários, sugerindo um padrão globalmente convergente.

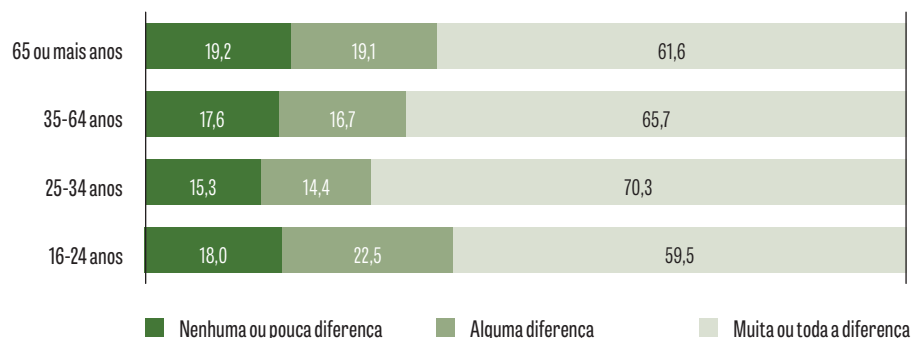
Na distribuição pelas cinco categorias, os 16-24 anos registam 36,7% em “muita diferença” e 22,8% em “toda a diferença”, coexistindo com 12,9% em “pouca diferença” e 5,1% em “nenhuma diferença” (22,5% em “alguma diferença”). Entre os 25-34 anos, observa-se maior concentração em “muita diferença” (48,7%) e em “toda a diferença” (21,6%), com a baixa eficácia relativamente contida (11,2% em “pouca” e 4,1% em “nenhuma”) e 14,4% em “alguma diferença”. No grupo de 35-64 anos, 42,1% indicam “muita diferença” e 23,6% “toda a diferença”, enquanto 14% assinalam “pouca diferença” e 3,6% “nenhuma diferença” (16,7% “alguma diferença”). Por fim, entre os 65 ou mais, 42,4% referem “muita diferença” e 19,2% “toda a diferença”, com 15,8% em “pouca diferença” e 3,4% em “nenhuma diferença” (19,1% em “alguma diferença”). Em termos descritivos, os 25-34 anos apresentam o perfil mais afirmativo (maior “muita diferença”), enquanto os 16-24 anos e os 65 ou mais anos apresentam ligeiramente mais respostas nas categorias de baixa eficácia política do voto.

A leitura com categorias agregadas confirma a leitura anterior. A percepção elevada (“muita ou toda a diferença”) varia entre 59,5% (16-24 anos) e 70,3% (25-34 anos), situando-se em 65,7% (35-64 anos) e 61,6% (65 ou mais anos). A percepção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) oscila entre 15,3% (25-34 anos) e 19,2% (65+ anos), com 18% nos 16-24 anos e 17,6% nos 35-64 anos.

Em síntese, não há diferenças estatisticamente significativas por idade na eficácia política do voto. Ainda assim, as variações descritivas sugerem um padrão em que os 25-34 anos tendem a perceber o voto como mais consequente, enquanto os 16-24 e os 65 ou mais anos apresentam ligeiramente menor eficácia. No conjunto, porém, predomina, em todos os grupos, a percepção de que em quem se vota faz diferença.

Gráfico 11 Eficácia política do voto: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População

Teste Kruskal-Wallis: H=3,329; gl=3; sig=0,344

Gráfico 12 Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População

2.4 Análise por escolaridade

A análise da eficácia política do voto, segundo a escolaridade, permite avaliar se existem diferenças entre níveis de ensino na percepção de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos.

A desagregação por escolaridade revela diferenças estatisticamente significativas, indicando que a distribuição das respostas difere significativamente entre os níveis de escolaridade.

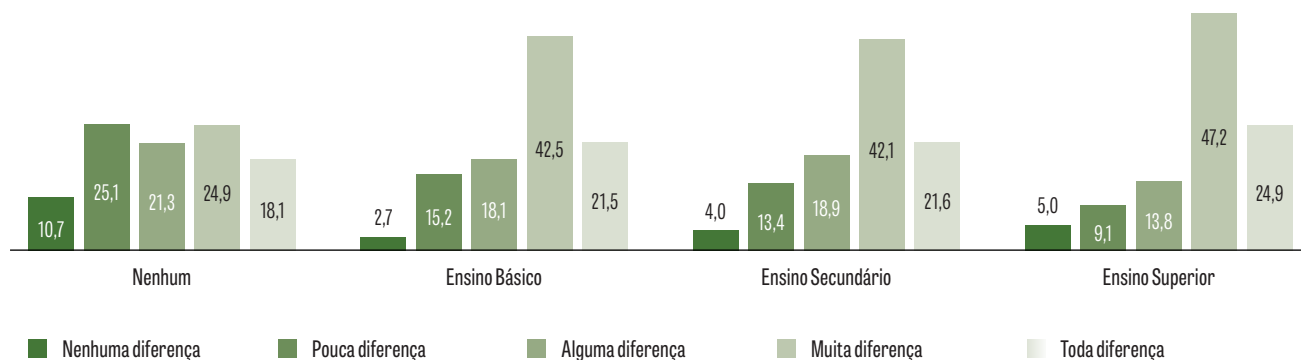
Na distribuição pelas cinco categorias, os inquiridos sem escolaridade apresentam maior presença de baixa eficácia, visto que 25,1% indicam “pouca diferença” e 10,7% “nenhuma diferença”, enquanto 24,9% assinalam “muita diferença” e 18,1% “toda a diferença” (21,3% “alguma diferença”). No ensino básico, o padrão torna-se mais favorável, sendo que 42,5% referem “muita diferença” e 21,5% “toda a diferença”, com 15,2% em “pouca diferença” e 2,7% em “nenhuma diferença” (18,1% em “alguma diferença”). No secundário, mantém-se uma percepção elevada, visto que 42,1% se

posiciona em “muita” e 21,6% em “toda a diferença”, com baixa eficácia mais contida (13,4% em “pouca diferença” e 4% em “nenhuma diferença”) e 18,9% em “alguma diferença”. No ensino superior, observa-se um perfil mais afirmativo, visto que 47,2% indicam “muita diferença” e 24,9% “toda a diferença”, com 9,1% “pouca diferença” e 5% “nenhuma diferença” (13,8% “alguma diferença”).

A análise com categorias agregadas clarifica o padrão. A perceção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) é muito mais elevada entre os inquiridos sem escolaridade (35,8%) e diminui acentuadamente nos restantes níveis (17,9% no básico; 17,4% no secundário; 14,1% no superior). Em sentido inverso, a perceção elevada (“muita ou toda a diferença”) aumenta claramente: 43% (nenhum), 64% (básico), 63,7% (secundário) e 72,1% (superior). A categoria intermédia (“alguma diferença”) também tende a ser mais frequente nos níveis mais baixos de escolaridade (21,3% sem escolaridade) do que no ensino superior (13,8%).

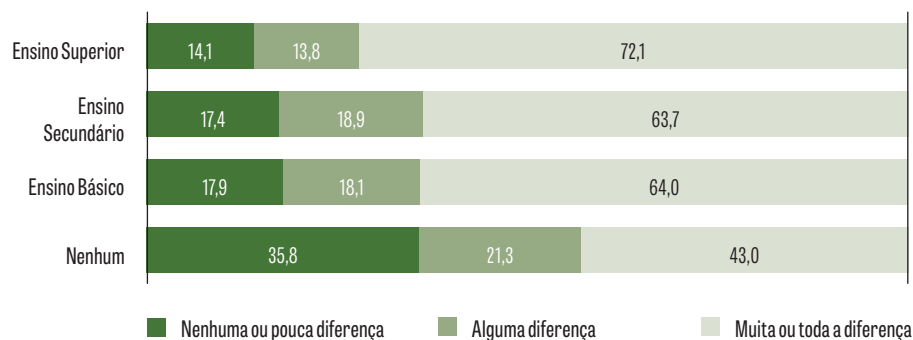
Em síntese, os resultados indicam uma clivagem estatisticamente significativa por escolaridade. Níveis mais elevados de ensino associam-se a maior probabilidade de percecionar o voto como eficaz (“muita/toda a diferença”) e a menor concentração nas categorias de baixa eficácia. O contraste mais marcado surge entre o grupo sem escolaridade e os demais grupos. Já o ensino superior destaca-se pelo maior valor de eficácia política do voto.

Gráfico 13 Eficácia política do voto: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste Kruskal-Wallis: $H=8,498$; $gl=3$; $sig=0,037$

Gráfico 14 Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



2.5 Análise por rendimento do agregado familiar

A análise da eficácia política do voto, segundo o rendimento do agregado familiar, permite avaliar se existem diferenças na perceção de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos, consoante a condição económica percecionada.

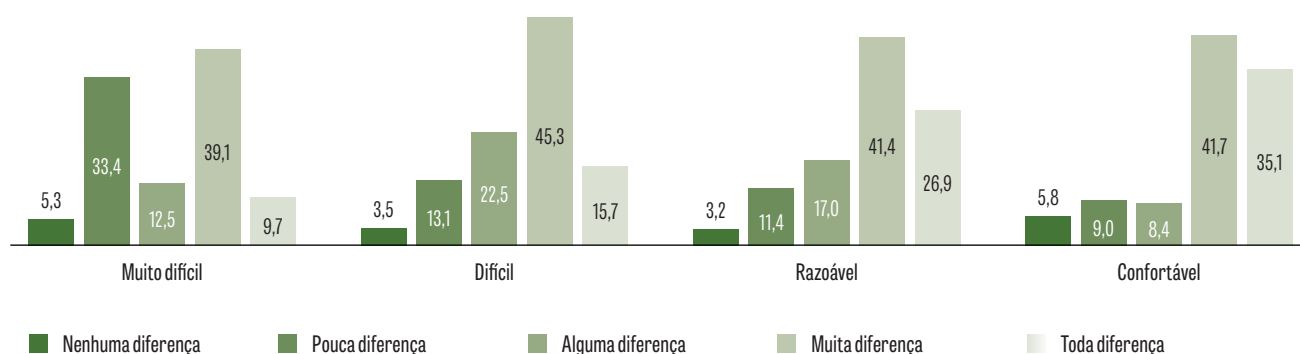
A desagregação por rendimento revela diferenças estatisticamente significativas e acentuadas, indicando que a eficácia política do voto difere claramente entre os grupos.

Na distribuição pelas cinco categorias, o grupo “muito difícil” evidencia maior ceticismo, visto que 33,4% indicam “pouca diferença” e 5,3% “nenhuma diferença”, enquanto 39,1% assinalam “muita diferença” e apenas 9,7% “toda a diferença” (12,5% “alguma diferença”). No grupo “difícil”, a perceção melhora, considerando que 45,3% referem “muita diferença” e 15,7% “toda a diferença”, com 13,1% “em pouca diferença” e 3,5% em “nenhuma diferença” (22,5% em “alguma diferença”). No grupo “razoável”, observa-se um perfil mais favorável, com 41,4% em “muita diferença”, 26,9% em “toda a diferença” e baixa eficácia relativamente reduzida (11,4% em “pouca diferença” e 3,2% em “nenhuma diferença”), mantendo-se 17,0% em “alguma diferença”. Por fim, no grupo “confortável”, destaca-se a maior incidência de “toda a diferença” (35,1%), com 41,7% em “muita diferença” e baixos níveis de “pouca ou nenhuma diferença” (9% e 5,8%, respetivamente), além de 8,4% em “alguma diferença”.

A análise agregada evidencia um gradiente robusto. A perceção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) é muito elevada no grupo “muito difícil” (38,7%) e cai drasticamente nos demais grupos (16,6% no “difícil”, 14,6% no “razoável” e 14,8% no “confortável”). Em sentido inverso, a perceção elevada (“muita ou toda a diferença”) aumenta claramente com melhores condições económicas: 48,8% (“muito difícil”), 61% (“difícil”), 68,3% (“razoável”) e 76,8% (“confortável”).

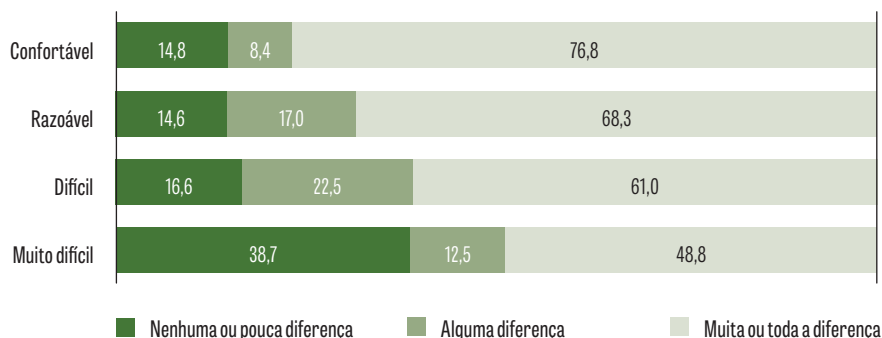
Em síntese, os resultados mostram uma associação estatisticamente significativa e substantiva entre o rendimento percecionado e a eficácia política do voto. Os inquiridos com mais dificuldades económicas concentram-se mais nas categorias de baixa eficácia e apresentam menos respostas no topo (“toda a diferença”). Já os grupos em situação mais favorável revelam maior convicção de que o voto tem impacto, com destaque para o grupo de rendimento “confortável”.

Gráfico 15 Eficácia política do voto: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste Kruskal-Wallis: $H=35,401$; $gl=3$; $sig=<0,001$

Gráfico 16 Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente

2.6 Análise por habitat

A análise da eficácia política do voto, segundo o habitat, permite avaliar se existem diferenças na perceção de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos, consoante o contexto territorial de residência.

A desagregação por *habitat* revela diferenças estatisticamente significativas, sugerindo que a distribuição das respostas varia de forma relevante entre contextos residenciais.

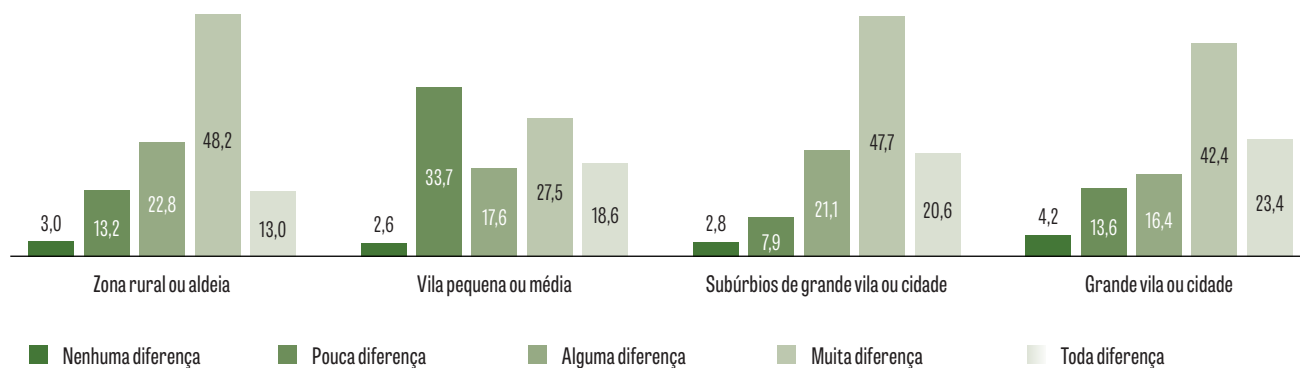
Na distribuição pelas cinco categorias, a zona rural/aldeia apresenta predominância de perceção elevada, visto que 48,2% indicam “muita diferença” e 13% “toda a diferença”, com baixa eficácia relativamente contida (13,2% “pouca diferença” e 3% “nenhuma diferença”) e 22,8% em “alguma diferença”. A vila pequena/média destaca-se por maior peso em “pouca diferença” (33,7%) e menor concentração em “muita diferença” (27,5%), embora mantenha 18,6% em “toda a diferença” (17,6% “alguma diferença”; 2,6% “nenhuma diferença”). Nos subúrbios, observa-se um perfil mais afirmativo, considerando que 47,7% se posicionam em “muita diferença” e 20,6% em “toda a diferença”, com baixa eficácia muito reduzida (7,9% “pouca diferença”; 2,8% “nenhuma diferença”) e 21,1% em “alguma diferença”. Na grande vila/cidade, o padrão também é favorável: 42,4% em “muita diferença” e 23,4% em “toda a diferença”, com 13,6% em “pouca diferença” e 4,2% em “nenhuma diferença” (16,4% em “alguma diferença”).

A leitura com categorias agregadas evidencia com mais clareza as principais diferenças. A perceção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) é mais elevada na vila pequena/média (36,3%) e mais baixa nos subúrbios (10,7%), situando-se em 16,2% na zona rural/aldeia e em 17,8% na grande vila/cidade. Já a perceção elevada (“muita ou toda a diferença”) é maioritária em todos os *habitats*, mas atinge o valor mais baixo na vila pequena/média (46,1%) e os mais altos nos subúrbios (68,3%) e na grande vila/cidade (65,8%), com a zona rural/aldeia a registar 61,2%.

Em síntese, os resultados indicam diferenças estatisticamente significativas entre habitats na eficácia política do voto. Em termos substantivos, a vila pequena/média

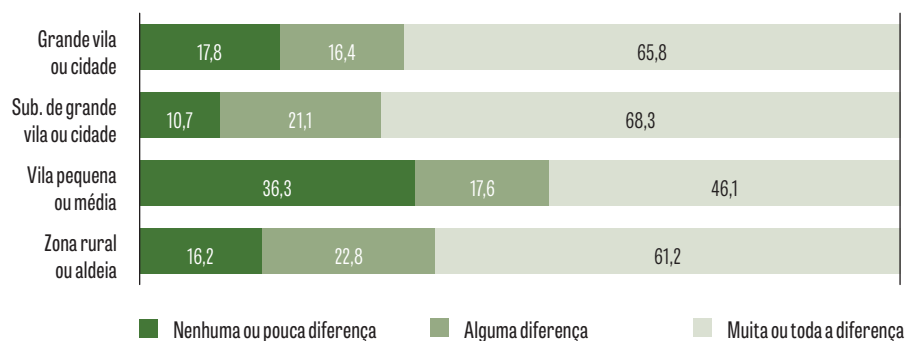
surge como o contexto com maior concentração de percepções reduzidas de eficácia, enquanto os subúrbios e as áreas urbanas apresentam maiores expressões de percepções elevadas de eficácia. Apesar destas variações, em todos os contextos a posição dominante continua a ser a de que o voto faz diferença.

Gráfico 17 Eficácia política do voto: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste Kruskal-Wallis: H=7,969; gl=3; sig=0,047

Gráfico 18 Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



3. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens

As medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens referem-se às atitudes dos inquiridos perante um conjunto de propostas destinadas a promover o voto entre os mais jovens.

Foram avaliadas através da seguinte questão:

Os estudos indicam que os jovens tendem a participar politicamente menos do que os seus concidadãos mais velhos. Indique, por favor, o seu grau de concordância com cada uma das seguintes medidas que lhe vou ler e que visam aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. Para cada uma, diga-me se “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”.

Medidas: introduzir o voto obrigatório; reduzir da idade mínima para votar dos 18 anos para os 16 anos; campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto; introduzir o voto eletrónico, o voto através de aplicação ou multibanco; diversificar os lugares onde é possível votar; reformar o sistema eleitoral; desenvolver na Escola, atividades de natureza prática, que promovam a participação dos jovens; fazer com que os partidos integrem mais jovens nas suas listas de candidatura; estimular os jovens a integrarem as juventudes partidárias; apresentar políticas públicas que vão diretamente ao encontro dos anseios e interesses dos mais jovens.

Opções de resposta: “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”.

Para fins analíticos, as respostas “Concorda totalmente” e “Concorda” foram agregadas numa única categoria, que capta uma posição favorável em relação a cada uma das medidas propostas para aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. De forma análoga, as respostas “Discorda” e “Discorda totalmente” foram também agrupadas numa única categoria, que capta uma posição desfavorável em relação a cada medida.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

A população portuguesa revela um apoio muito amplo à maioria das medidas propostas para aumentar a participação eleitoral dos jovens. Em geral, as propostas de mobilização cívica, reforma institucional, educação para a participação eleitoral e medidas de aproximação logística ao voto recolhem níveis muito elevados de concordância agregada. Já as propostas de alteração coerciva da participação (voto obrigatório) e de mudança da idade legal de voto (voto aos 16) são as que geram maior divisão e rejeição.

Em termos descritivos, destaca-se uma clivagem clara entre dois tipos de medidas. Por um lado, há um bloco de propostas com consenso muito elevado, em que a concordância (“concorda/concorda totalmente”) ultrapassa largamente a discordância. Neste bloco incluem-se: campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto (91,2% de concordância agregada), reformar o sistema eleitoral para aproximar e responsabilizar os eleitos (91,2% de concordância agregada), desenvolver, na escola, atividades práticas que promovam a participação eleitoral entre os jovens (90,4% de concordância agregada), integrar mais jovens nas listas de candidatura (90,2%) e apresentar políticas públicas orientadas para os interesses dos mais jovens (93,5% de concordância agregada). Em todas estas medidas, a discordância agregada é baixa, entre 6,5% e 12,1%. Isto sugere um entendimento transversal de que a participação jovem pode ser reforçada, sobretudo, por incentivos, inclusão e maior responsividade política.

Um segundo bloco reúne medidas de facilitação e modernização do acesso ao voto, também com apoio maioritário, embora com maior dispersão. A introdução do voto

eletrónico recolhe 76,6% de concordância agregada (23,4% de discordância) e a diversificação dos locais onde é possível votar atinge 83,2% de concordância agregada (16,8% de discordância). Estes resultados indicam uma abertura relevante a soluções que reduzam os custos de participação e aproximem o ato eleitoral dos contextos quotidianos. Ainda assim, a digitalização do voto suscita um pouco mais de reserva do que a simples diversificação dos locais de voto.

Em contraste com este padrão de forte apoio, duas medidas destacam-se por serem mais controversas e por apresentarem menor consenso social. A redução da idade mínima de voto para 16 anos é claramente rejeitada, visto que 67,2% discordam (discorda/discorda totalmente) e apenas 32,8% concordam em termos agregados. Esta distribuição mostra que a população tende a manter uma posição restritiva quanto à extensão do direito de voto aos 16 anos. Já a introdução do voto obrigatório apresenta um perfil dividido, com uma ligeira predominância de concordância agregada (52,9%) em relação à discordância agregada (47,1%), revelando-se um tema polarizador e sem consenso consolidado.

Em síntese, a população portuguesa mostra-se amplamente favorável a um conjunto de medidas para aumentar a participação eleitoral jovem, sobretudo quando estas se baseiam em estratégias de mobilização e sensibilização, na educação para a cidadania e em reformas que reforcem a ligação entre eleitos e eleitores, bem como na maior inclusão dos jovens na representação política. Em contrapartida, as medidas que alteram as regras de base do sistema, como o voto obrigatório e, sobretudo, a redução da idade de voto para 16 anos, são as que concentram maior resistência, sendo a redução da idade mínima de voto a proposta com a rejeição mais clara.

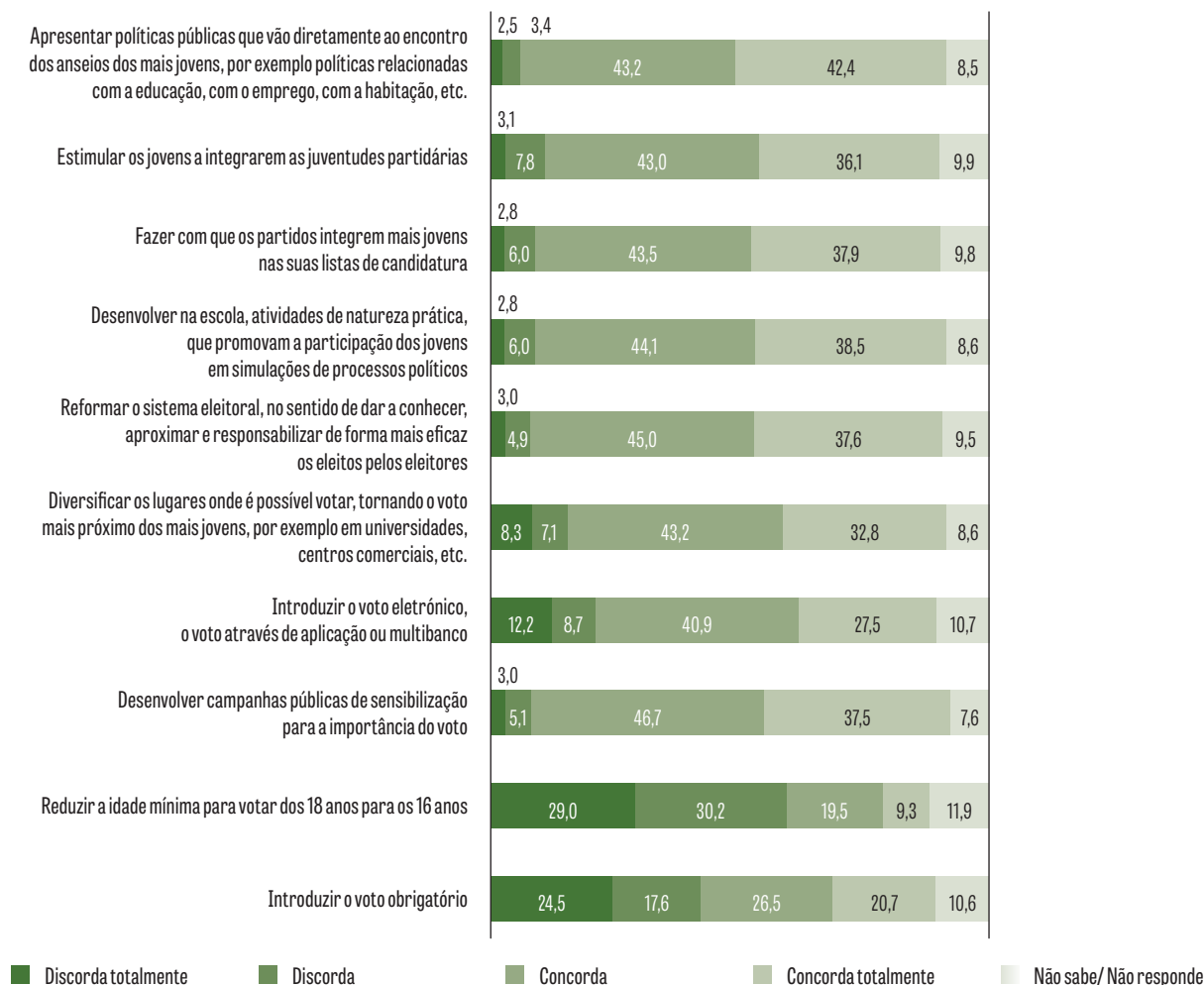
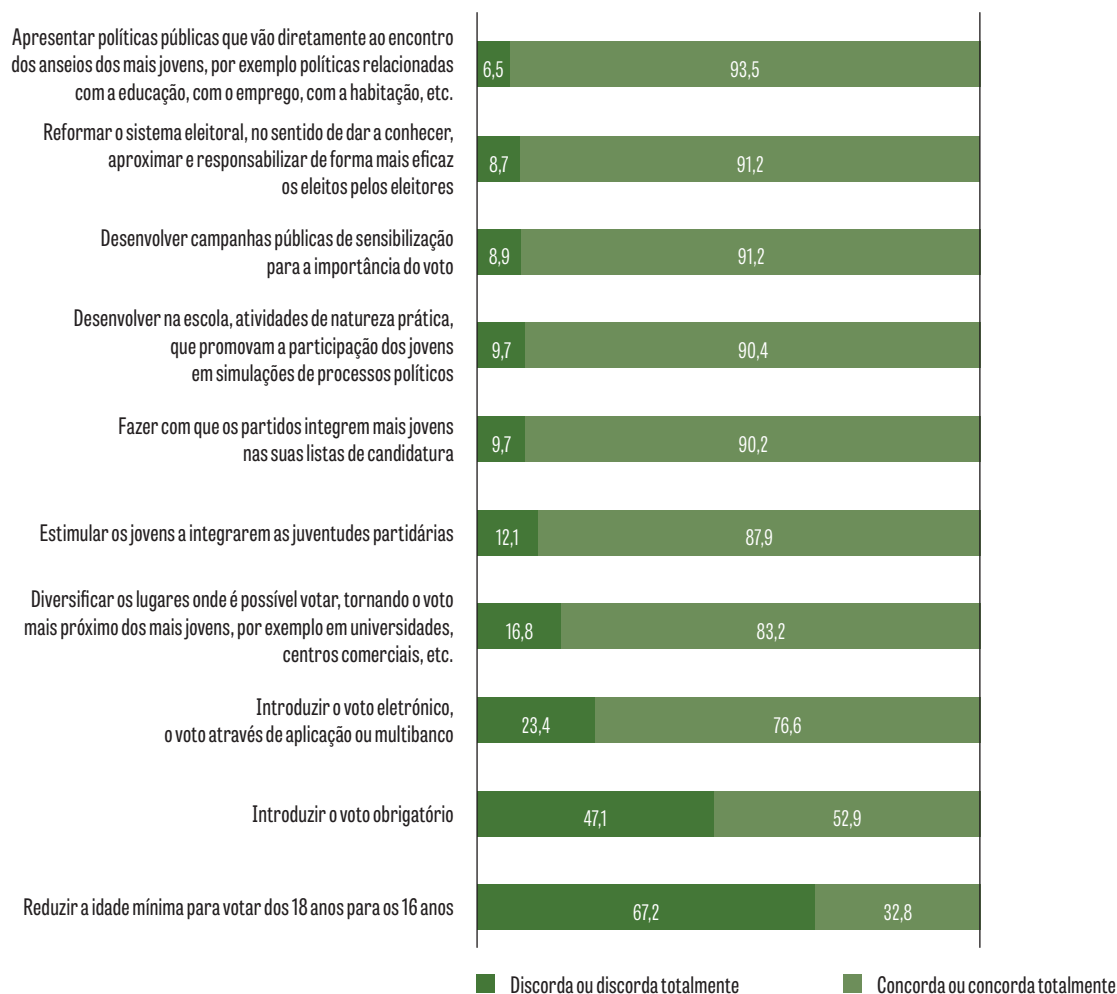
Gráfico 19 Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens (em %) – População

Gráfico 20 Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens com categorias agregadas (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Capítulo 2

Atitudes e comportamentos dos jovens relativos à participação eleitoral

Neste capítulo são apresentados e analisados de forma desenvolvida os resultados relativos às atitudes e aos comportamentos dos jovens em relação à participação eleitoral em três domínios: (1) Participação eleitoral declarada; (2) Eficácia política do voto; (3) Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens

4. Participação eleitoral declarada

A participação eleitoral declarada refere-se ao comportamento de voto autodeclarado pelos inquiridos, isto é, se afirmam ter votado ou não nas eleições legislativas de janeiro de 2022. Funciona como um indicador de comparecimento às urnas na amostra em estudo e, inversamente, do não voto declarado. Deve ser interpretado como medida declarativa e não como estimativa da taxa oficial de abstenção.

A participação eleitoral foi avaliada através da seguinte questão:

Pode dizer-me se votou nas últimas eleições legislativas de janeiro de 2022?

Opções de resposta: “sim”; “não”; “Não sabe/Não responde”

Foram considerados somente os indivíduos com 18 ou mais anos.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

4.1 Análise global

A participação eleitoral declarada entre os jovens com 18 anos ou mais evidencia um comparecimento maioritário às urnas nas eleições legislativas de janeiro de 2022. No total, 60,2% dos inquiridos afirmam ter votado, sugerindo que, no universo jovem, a participação autodeclarada é o comportamento mais frequente.

O não voto declarado é, contudo, muito relevante, visto que 39,4% indicam não ter votado, o que revela a existência de um amplo segmento de jovens que não participou do ato eleitoral. Este resultado aponta para a coexistência, no universo estudado, de uma maioria participativa e de uma parcela muito expressiva de não participação.

Importa ainda assinalar que a não-resposta é residual, uma vez que apenas 0,4% selecionam “não sabe/não responde”. Isto indica que a grande maioria dos inquiridos consegue posicionar-se claramente quanto ao seu comportamento eleitoral.

Em síntese, os dados mostram que a participação eleitoral declarada é maioritária entre os jovens (cerca de seis em cada dez), coexistindo com uma minoria muito substancial de não voto declarado (cerca de quatro em cada dez). Estes resultados devem ser lidos como medida declarativa do comportamento de voto no universo estudado e não como estimativa da taxa oficial de abstenção, podendo refletir, entre outros fatores, desejabilidade social, lapsos de memória ou composição amostral.

Gráfico 21 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022 (em %) – Jovens

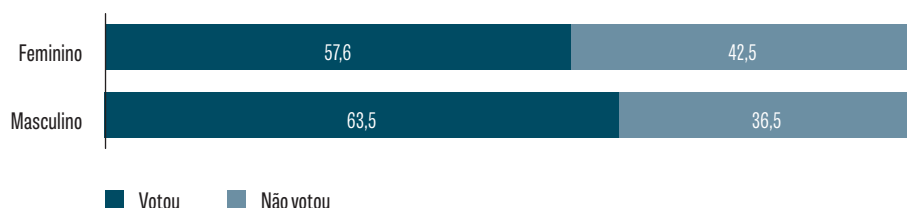
4.2 Análise por sexo

A análise da participação eleitoral declarada, por sexo, permite avaliar se, no universo jovem, há diferenças entre homens e mulheres no comportamento de voto autodeclarado nas eleições legislativas de janeiro de 2022 (voto declarado versus não voto declarado).

A desagregação por sexo não revela diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres, sugerindo que, no universo jovem analisado, o comportamento eleitoral declarado não varia de forma relevante em função do sexo.

Em termos de distribuição, entre os homens observa-se uma participação declarada mais elevada, visto que 63,5 % afirmam ter votado e 36,5 % declaram não ter votado. Entre as mulheres, o voto declarado é inferior e o não voto é superior, considerando que 57,6 % indicam ter votado e 42,5 % referem não ter votado. Apesar deste diferencial descritivo, ele não é estatisticamente significativo.

Em síntese, os resultados indicam que, embora o voto autodeclarado seja majoritário em ambos os sexos no grupo jovem, não há evidência estatisticamente significativa de uma clivagem por sexo no voto declarado nesta amostra.

Gráfico 22 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens

Teste qui-quadrado: $X^2=1,080$; gl=1; valor-p=0,299

4.3 Análise por grupo etário

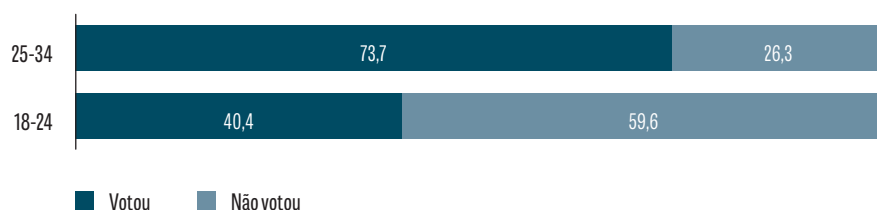
A análise da participação eleitoral declarada segundo o grupo etário permite avaliar se, no universo jovem considerado, existem diferenças entre as faixas etárias no que se refere ao comportamento de voto autodeclarado nas legislativas de janeiro de 2022.

A desagregação por idade revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos etários considerados, indicando que a participação eleitoral declarada varia de forma marcada com a idade no segmento jovem analisado.

Em termos de distribuição, observa-se um contraste muito nítido entre os grupos de 18-24 e 25-34 anos. Entre os 18 e os 24 anos, a participação declarada é minoritária, visto que 40,4% afirmam ter votado, enquanto 59,6% declaram não ter votado. Já entre os 25 e os 34 anos, o voto declarado torna-se claramente majoritário (73,7% votaram e 26,3% não votaram).

Em síntese, os dados indicam uma clivagem etária robusta no voto declarado entre os jovens. Os mais novos (18-24 anos) apresentam níveis substancialmente inferiores de participação autodeclarada e maior prevalência de não voto. Já no grupo de 25-34 anos, o voto declarado é claramente predominante.

Gráfico 23 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



Teste qui-quadrado: $X^2=30,575$; gl=1; valor-p=<0,001

4.4 Análise por escolaridade

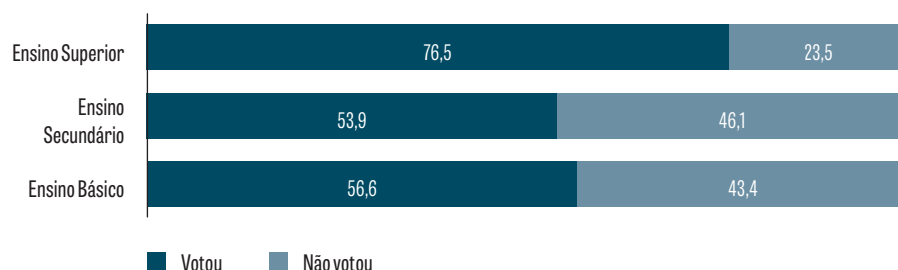
A análise da participação eleitoral declarada, segundo a escolaridade, permite avaliar se, entre os jovens, existem diferenças entre níveis de ensino quanto ao comportamento de voto autodeclarado nas eleições legislativas de janeiro de 2022.

A desagregação por escolaridade revela diferenças estatisticamente significativas, sugerindo que a participação eleitoral declarada varia de forma relevante conforme o nível de ensino no universo jovem analisado.

Em termos de distribuição, observa-se que o voto declarado é mais elevado no ensino superior, onde 76,5% afirmam ter votado e 23,5% declaram não ter votado. Nos níveis de escolaridade “básico” e “secundário”, a participação declarada é mais baixa e relativamente próxima, visto que 56,6% (“básico”) e 53,9% (“secundário”) dizem ter votado e o não-voto declarado situa-se em 43,4% e 46,1%, respetivamente.

Em síntese, os resultados indicam uma associação estatisticamente significativa entre a escolaridade e o voto declarado entre jovens. O padrão evidencia maior participação declarada no ensino superior. Isto contrasta com níveis mais baixos de voto declarado no ensino básico e, sobretudo, no ensino secundário, onde se observa a maior proporção de não voto declarado.

Gráfico 24 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



Teste qui-quadrado: $\chi^2=11,146$; gl=2; valor-p=0,004

4.5 Análise por rendimento do agregado familiar

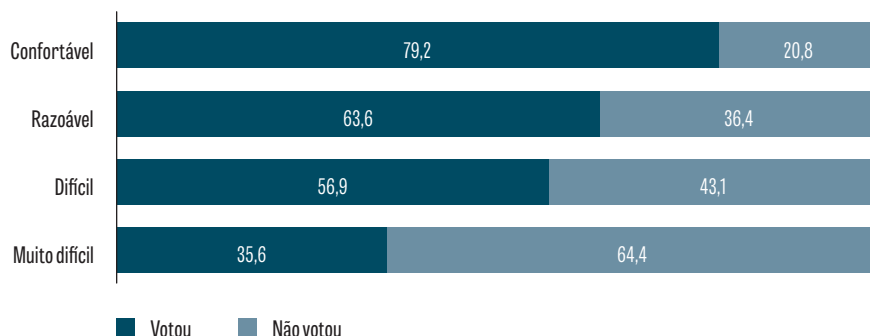
A análise da participação eleitoral declarada segundo o rendimento do agregado familiar permite avaliar se, entre os jovens, existem diferenças no voto autodeclarado em função da situação económica percecionada.

A desagregação por rendimento revela diferenças estatisticamente significativas, indicando que a participação eleitoral declarada varia de forma relevante conforme a condição económica percecionada entre os jovens.

Em termos descritivos, o grupo que refere que é muito difícil viver com o rendimento atual apresenta o perfil menos participativo, visto que apenas 35,6% declaram ter votado, enquanto 64,4% afirmam não ter votado. Nos grupos de rendimento “difícil” e “razoável”, a participação declarada é mais elevada (56,9% e 63,6%, respetivamente), com não-voto de 43,1% e 36,4%, respetivamente. No grupo confortável, observa-se o valor mais elevado de participação declarada (79,2%), com o não-voto claramente mais baixo (20,8%).

Em síntese, os resultados mostram uma associação estatisticamente significativa entre o rendimento percecionado e a participação eleitoral declarada entre jovens. O padrão é claro, visto que a maior vulnerabilidade económica (“muito difícil”) está associada a níveis substancialmente mais elevados de não voto declarado e, paralelamente, a situação “confortável” associa-se a níveis mais elevados de voto auto-declarado.

Gráfico 25 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



Teste qui-quadrado: $X^2=9,879$; gl=3; valor-p=0,020

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente

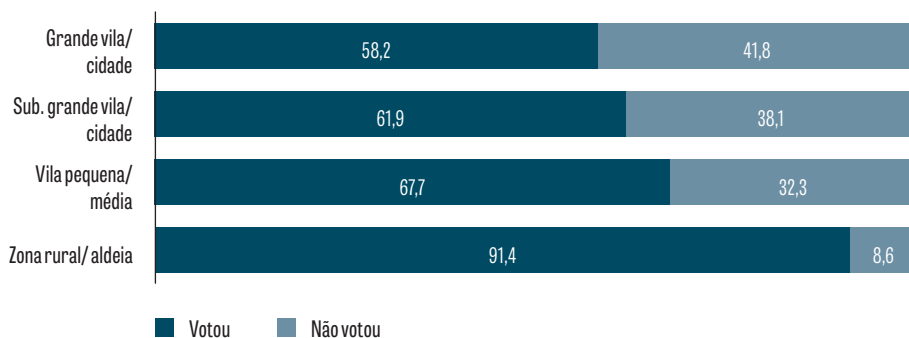
4.6 Análise por habitat

A análise da participação eleitoral declarada, segundo o *habitat*, permite avaliar se, entre o universo jovem, existem diferenças no comparecimento às urnas (voto autodeclarado) entre contextos territoriais de residência.

A desagregação por *habitat* não revela diferenças estatisticamente significativas, sugerindo que, entre jovens, o voto declarado não varia de forma robusta em função do contexto residencial.

Em termos descritivos, a zona rural ou aldeia destaca-se por apresentar uma participação declarada muito elevada (91,4% votou e 8,6% não votou). Nos restantes contextos, observa-se um perfil menos participativo, ainda que o voto declarado permaneça maioritário: 67,7% em vila pequena ou média, 61,9% nos subúrbios de grande vila ou cidade e 58,2% em grande vila ou cidade (com não-voto de 32,3%, 38,1% e 41,8%, respetivamente). Apesar destas diferenças descritivas, elas não são estatisticamente significativas.

Em síntese, os resultados sugerem que, embora haja variação descritiva por *habitat*, com valores mais elevados de voto declarado em zonas rurais e mais baixos em contextos urbanos, não há evidência estatisticamente significativa de associação entre *habitat* e voto declarado no universo jovem analisado.

Gráfico 26 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens

Teste exato de Fisher: $\chi^2=4,200$; p-valor=0,241

5. Eficácia política do voto

A eficácia política do voto, enquanto subdimensão da eficácia política externa, refere-se à percepção de que as eleições e a escolha entre alternativas (isto é, em quem se vota) têm consequências reais. Nesse sentido, o resultado eleitoral pode influenciar a ação governativa e a orientação das políticas públicas, não sendo indiferente qual a opção vencedora.

A eficácia política do voto foi avaliada através da seguinte questão:

Há quem tenha opiniões muito diferentes sobre como o voto condiciona as políticas adotadas pelos governos. Gostaria que me desse a sua opinião, escolhendo um número entre 0 e 10, em que 0 significa que “as políticas dos governos são todas iguais e não faz qualquer diferença em quem as pessoas votam” e 10 significa que “as políticas dos governos são todas muito diferentes e faz muita diferença em quem as pessoas votam”.

Para fins analíticos, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: as posições 0 e 1 foram classificadas como “nenhuma diferença”; as posições 2 e 3 como “pouca diferença”; as posições 4, 5 e 6 como “alguma diferença”; as posições 7 e 8 como “muita diferença”; e as posições 9 e 10 como “toda a diferença”. A recodificação da escala 0-10 em classes ordinais visa facilitar a interpretação substantiva dos resultados e a comparação entre subgrupos.

Adicionalmente, para simplificar a análise, as categorias “nenhuma diferença” e “pouca diferença” foram agregadas numa única categoria, que capta uma percepção reduzida de eficácia política do voto. De forma análoga, as categorias “muita diferença” e “toda a diferença” também foram agrupadas numa única categoria, que capta uma percepção elevada de eficácia política do voto. A categoria ‘alguma diferença’ foi mantida como uma categoria intermédia para captar posições moderadas.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

5.1 Análise global

Os jovens portugueses tendem a reconhecer a eficácia política do voto, isto é, a percepção de que faz diferença em quem se vota no que respeita às políticas adotadas pelos governos. Na distribuição pelas cinco categorias, destaca-se a predominância de avaliações no polo positivo, visto que 33,7% consideram que faz “muita diferença” e 17,1% que faz “toda a diferença”. Os dados indicam uma percepção relativamente elevada de que as escolhas eleitorais têm consequências reais.

Em contraste, as percepções de baixa eficácia do voto têm uma expressão mais limitada. Apenas 3,5% afirmam que não faz “nenhuma diferença” e 9,2% afirmam que faz “pouca diferença”, sugerindo que a ideia de que “votar não altera nada” é minoritária entre os jovens. A categoria intermédia (“alguma diferença”) reúne 13,7%, o que indica um segmento que reconhece o impacto do voto, porém de forma moderada.

A leitura com categorias agregadas clarifica o padrão global. Metade dos jovens posiciona-se numa percepção elevada de eficácia do voto (“muita ou toda a diferença”, 50,8%), enquanto 12,7% se concentra numa percepção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) e 13,7% mantém-se na posição intermédia (“alguma diferença”). Este perfil sugere que, entre os que se posicionam, predomina a ideia de que o voto importa e pode influenciar a orientação das políticas governamentais.

Importa, contudo, assinalar que a não-resposta é elevada, visto que 22,9% respondem “não sabe/não responde”. Este valor indica que uma proporção relevante dos jovens não se posiciona nesta avaliação, o que pode refletir indecisão, menor envolvimento político ou dificuldade em traduzir a percepção do impacto do voto numa escala abstrata.

Em síntese, os resultados mostram que a percepção da eficácia política do voto entre os jovens é, em geral, mais favorável do que cética. A avaliação de que faz “muita” ou “toda” a diferença é a mais frequente e supera claramente as percepções de que o voto faz pouca ou nenhuma diferença. Ainda assim, a expressividade da não-resposta sugere que esta dimensão não é igualmente clara para todos os jovens, coexistindo uma maioria que atribui impacto ao voto e um contingente relevante que não se posiciona.

Gráfico 27 Eficácia política do voto (em %) – Jovens

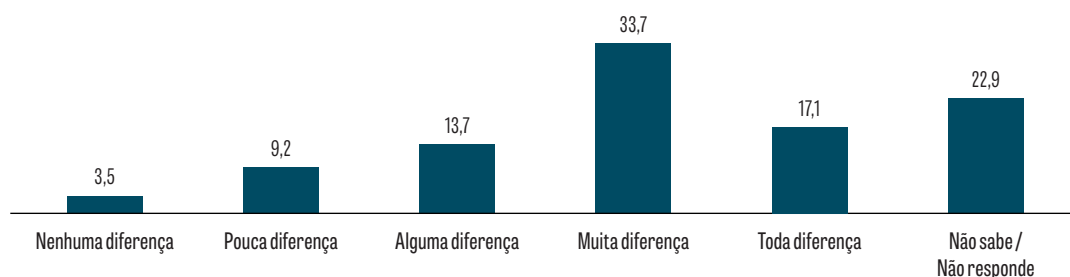
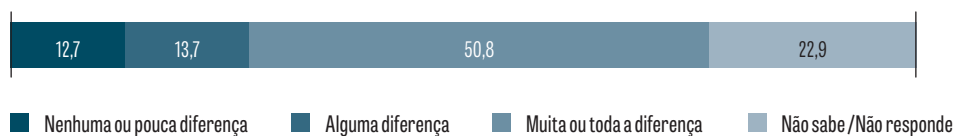


Gráfico 28 Eficácia política do voto com categorias agregadas (em %) – Jovens

5.2 Análise por sexo

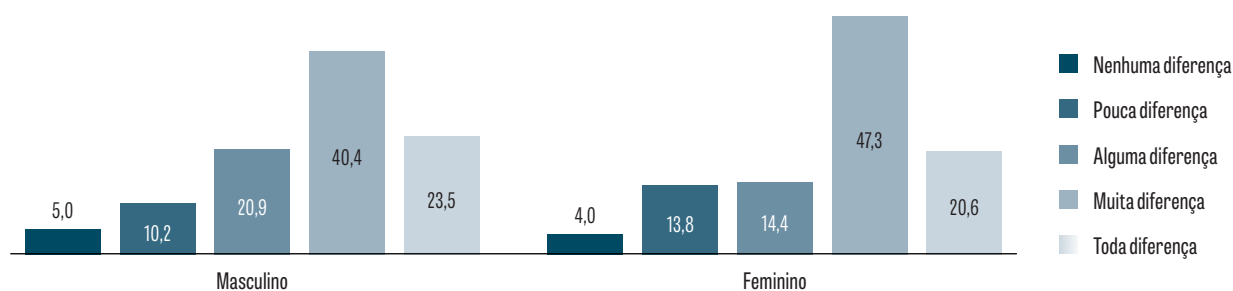
A análise da eficácia política do voto, segundo o sexo, permite avaliar se, entre os jovens, existem diferenças entre homens e mulheres quanto à percepção de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos.

A desagregação por sexo não revela diferenças estatisticamente significativas entre os jovens do sexo masculino e do feminino, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante nos dois grupos.

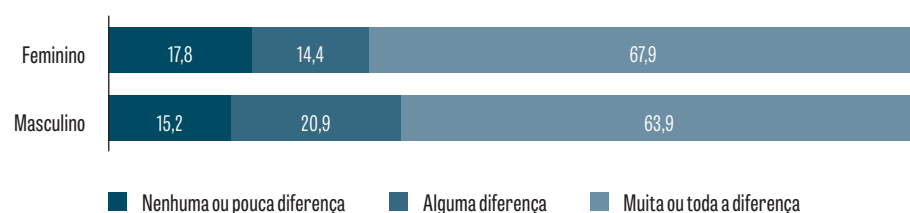
Em termos de distribuição pelas cinco categorias, entre os jovens do sexo masculino, observam-se 40,4% em “muita diferença” e 23,5% em “toda a diferença”, enquanto 20,9% se posicionam em “alguma diferença” e 15,2% em percepções baixas (10,2% em “pouca diferença” e 5% em “nenhuma diferença”). Entre as jovens do sexo feminino, também predomina a percepção elevada: 47,3% indicam “muita diferença” e 20,6% “toda a diferença”, coexistindo com 14,4% em “alguma diferença” e 17,8% em baixa eficácia (13,8% em “pouca diferença” e 4% em “nenhuma diferença”). Em termos descritivos, as jovens apresentam maior peso em “muita diferença”, enquanto os jovens do sexo masculino registam ligeiramente mais em “toda a diferença”.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura. A percepção elevada (“muita ou toda a diferença”) é a mais frequente e está muito próxima entre os sexos (63,9% entre os homens e 67,9% entre as mulheres). A percepção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) também é semelhante (15,2% versus 17,8%), e a categoria intermédia (“alguma diferença”) apresenta valores próximos (20,9% entre homens e 14,4% entre mulheres).

Em síntese, não se identificam diferenças estatisticamente significativas, por sexo, na eficácia política do voto entre os jovens. Em ambos os grupos, predomina a percepção de que o voto tem impacto, com uma minoria que expressa baixa eficácia, sem clivagem substantiva entre jovens do sexo masculino e do feminino.

Gráfico 29 Eficácia política do voto: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens

Teste de Mann-Whitney: $Z = -0,030$; valor $p = 0,976$

Gráfico 30 Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens

5.3 Análise por grupo etário

A análise da eficácia política do voto, segundo o grupo etário, permite avaliar se, no universo jovem, existem diferenças entre os grupos de 16-24 e 25-34 anos na percepção de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos.

A desagregação por grupo etário não revela diferenças estatisticamente significativas entre os dois escalões, sugerindo um padrão globalmente semelhante.

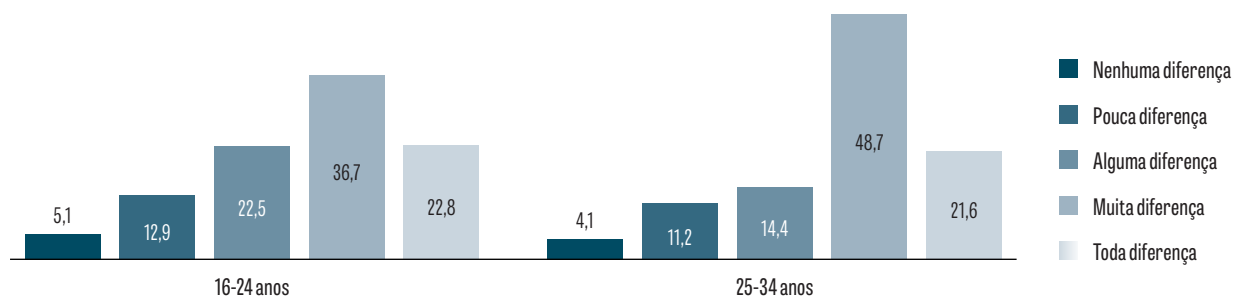
Na distribuição pelas cinco categorias, os 16-24 anos apresentam 36,7% em “muita diferença” e 22,8% em “toda a diferença”, coexistindo com 22,5% em “alguma diferença” e 18% em percepções baixas (12,9% em “pouca diferença” e 5,1% em “nenhuma diferença”). Entre os 25-34 anos, observa-se maior concentração em “muita diferença” (48,7%) e em “toda a diferença” (21,6%), enquanto 14,4% indicam “alguma diferença” e 15,3% se situam em baixa eficácia (11,2% “pouca diferença” e 4,1% “nenhuma diferença”). Em termos descritivos, o grupo de 25-34 anos apresenta um perfil mais concentrado no polo “muita diferença”, enquanto o grupo de 16-24 anos tende a apresentar mais respostas na categoria intermédia.

A análise com categorias agregadas confirma esta proximidade. A percepção elevada (“muita ou toda a diferença”) é a mais frequente em ambos os grupos, mas ligeiramente superior entre 25-34 anos (70,3%) do que entre 16-24 anos (59,5%). Em sentido inverso, a percepção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) é ligeiramente mais elevada entre os 16-24 anos (18%) do que entre os 25-34 anos (15,3%). A categoria in-

termédia (“alguma diferença”) é mais frequente entre os 16-24 anos (22,5%) do que entre os 25-34 anos (14,4%).

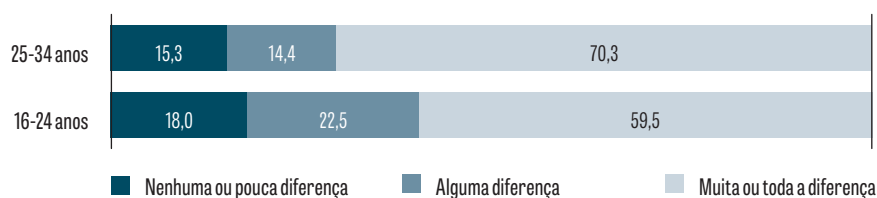
Em síntese, não há diferenças estatisticamente significativas entre os grupos etários no universo jovem. Apesar de pequenas variações descritivas (o grupo dos 25 a 34 anos apresenta uma perceção ligeiramente mais elevada), em ambos os escalões etários predomina a ideia de que o voto faz diferença.

Gráfico 31 Eficácia política do voto: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



Teste de Mann-Whitney: $Z = -1,293$; valor $p = 0,196$

Gráfico 32 Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



5.4 Análise por escolaridade

A análise da eficácia política do voto, segundo a escolaridade, permite avaliar se, no universo jovem, existem diferenças entre níveis de ensino na perceção de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos.

A desagregação por escolaridade não revela diferenças estatisticamente significativas, sugerindo que a distribuição das respostas é, em geral, semelhante entre os níveis de ensino.

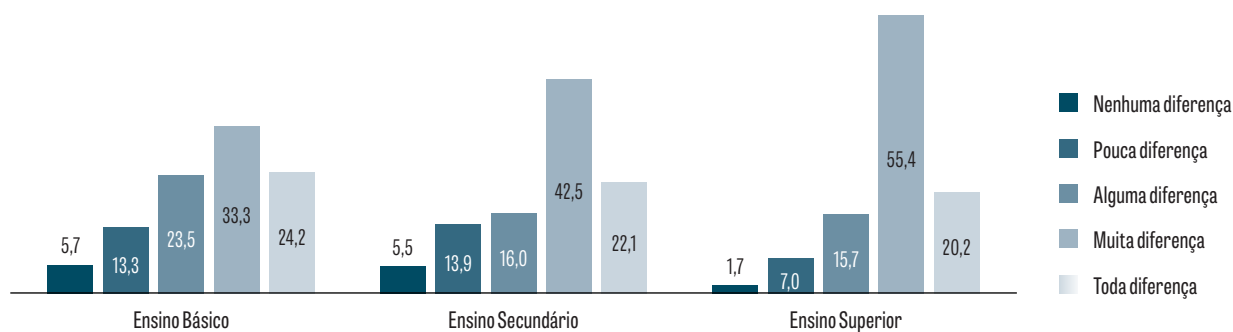
Na distribuição pelas cinco categorias, entre os jovens com ensino básico registam-se 33,3% em “muita diferença” e 24,2% em “toda a diferença”, coexistindo com 23,5% em “alguma diferença” e 19% em baixa eficácia (13,3% em “pouca diferença” e 5,7% em “nenhuma diferença”). No ensino secundário, aumenta o peso de “muita diferença” (42,5%) e mantém-se “toda a diferença” (22,1%), com 16% em “alguma diferença”

e 19,4% em baixa eficácia (13,9% em “pouca diferença” e 5,5% em “nenhuma diferença”). No ensino superior, observa-se maior concentração em “muita diferença” (55,4%) e em “toda a diferença” (20,2%), com 15,7% em “alguma diferença” e apenas 8,7% em baixa eficácia (7% em “pouca diferença” e 1,7% em “nenhuma diferença”). Descritivamente, o ensino superior destaca-se por menor incidência de percepções reduzidas e maior peso em “muita diferença”.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura. A percepção elevada (“muita ou toda a diferença”) é a mais frequente em todos os níveis de escolaridade, aumentando de 57,5% (ensino básico) para 64,6% (ensino secundário) e 75,6% (ensino superior). Em sentido inverso, a percepção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) é idêntica no básico e no secundário (19% e 19,4%) e mais baixa no ensino superior (8,7%). A categoria intermédia (“alguma diferença”) diminui ligeiramente com o aumento da escolaridade (23,5% no ensino básico, 16% no ensino secundário e 15,7% no ensino superior).

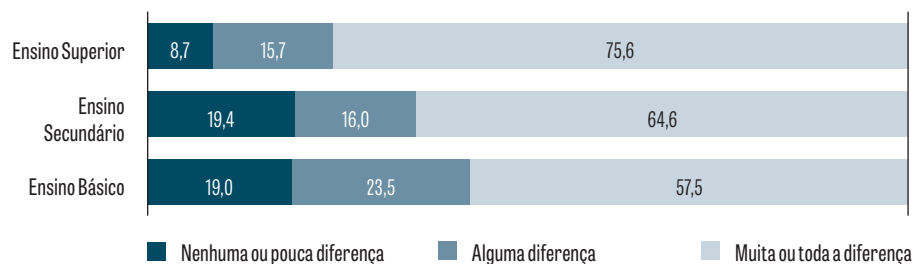
Em síntese, não se observam diferenças estatisticamente significativas na eficácia política do voto entre os jovens em função da escolaridade. Ainda assim, em termos descritivos, o ensino superior apresenta um perfil mais favorável, com maior concentração de percepções elevadas e menor presença de baixa eficácia, embora sem clivagem estatisticamente robusta.

Gráfico 33 Eficácia política do voto: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



Teste Kruskal-Wallis: $H=2,884$; $gl=2$; $sig=0,236$

Gráfico 34 Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



5.5 Análise por rendimento do agregado familiar

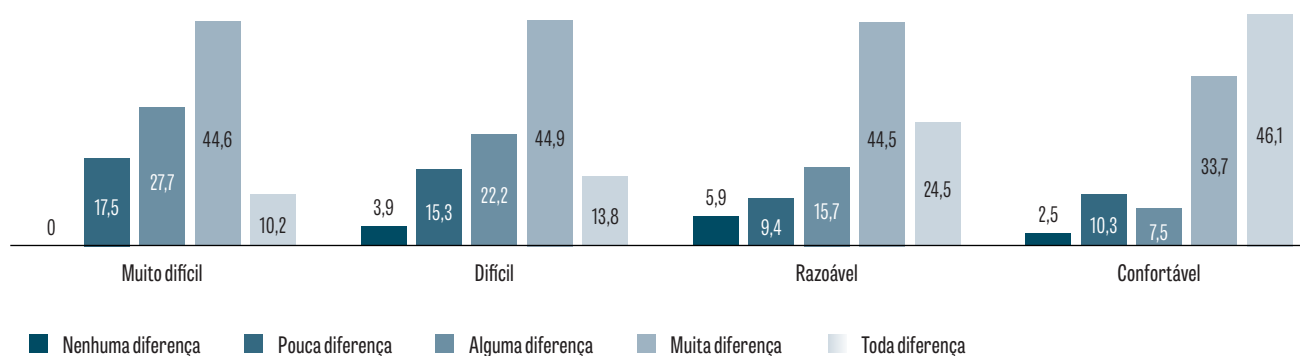
A análise da eficácia política do voto, segundo o rendimento do agregado familiar, permite avaliar se, no universo jovem, existem diferenças na perceção de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos, consoante a condição económica percecionada.

A desagregação por rendimento revela diferenças estatisticamente significativas, indicando que a eficácia política do voto varia de forma relevante entre os grupos.

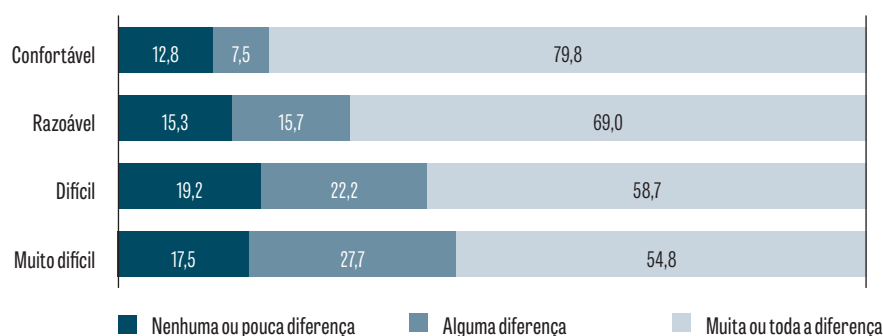
Na distribuição pelas cinco categorias, o grupo “muito difícil” apresenta menor perceção elevada, visto que 44,6% indicam “muita diferença” e 10,2% “toda a diferença”, além de 27,7% em “alguma diferença” e 17,5% em “pouca diferença” (0% em “nenhuma diferença”). No grupo “difícil”, o perfil é semelhante, mas ligeiramente mais afirmativo: 44,9% em “muita diferença” e 13,8% em “toda a diferença”, com 22,2% em “alguma diferença” e 19,2% em baixa eficácia (15,3% em “pouca diferença” e 3,9% em “nenhuma diferença”). No grupo “razoável”, aumenta a perceção elevada, considerando que 44,5% se posicionam em “muita diferença” e 24,5% em “toda a diferença”, com 15,7% em “alguma diferença” e 15,3% em baixa eficácia (9,4% em “pouca diferença” e 5,9% em “nenhuma diferença”). Por fim, no grupo “confortável”, observa-se um perfil mais afirmativo, considerando que 33,7% se posicionam em “muita diferença” e 46,1% em “toda a diferença”, com apenas 7,5% em “alguma diferença” e 12,8% em baixa eficácia (10,3% em “pouca diferença” e 2,5% em “nenhuma diferença”). O traço mais marcante é o forte aumento de “toda a diferença” à medida que a condição económica percecionada melhora, atingindo um valor particularmente elevado no grupo confortável.

A análise com categorias agregadas clarifica o padrão. A perceção elevada (“muita ou toda a diferença”) aumenta de 54,8% no grupo “muito difícil” para 58,7% no grupo “difícil”, 69% no grupo “razoável” e 79,8% no grupo “confortável”. Em paralelo, a perceção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) é mais elevada nos grupos “difícil” (19,2%) e “muito difícil” (17,5%) e mais baixa no grupo “confortável” (12,8%). A categoria intermédia (“alguma diferença”) apresenta maior expressão nos grupos economicamente mais vulneráveis (27,7% no “muito difícil”) e diminui no grupo “confortável” (7,5%).

Em síntese, os resultados indicam uma associação estatisticamente significativa entre o rendimento percecionado e a eficácia política do voto no universo jovem. Os jovens em condições económicas mais favoráveis, sobretudo os que vivem “confortavelmente”, concentram-se muito mais nas perceções de eficácia elevada. Já os grupos com maior dificuldade económica apresentam menor intensidade de eficácia (menos em “toda a diferença”) e maior peso na categoria intermédia (“alguma diferença”).

Gráfico 35 Eficácia política do voto: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens

Teste Kruskal-Wallis: H=14,328; gl=3; sig=0,002

Gráfico 36 Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente

5.6 Análise por habitat

A análise da eficácia política do voto, segundo o habitat, permite avaliar se, no universo jovem, existem diferenças na perceção de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos, consoante o contexto territorial de residência.

A desagregação por habitat não revela diferenças estatisticamente significativas, sugerindo que a distribuição das respostas é semelhante em todos os contextos residenciais.

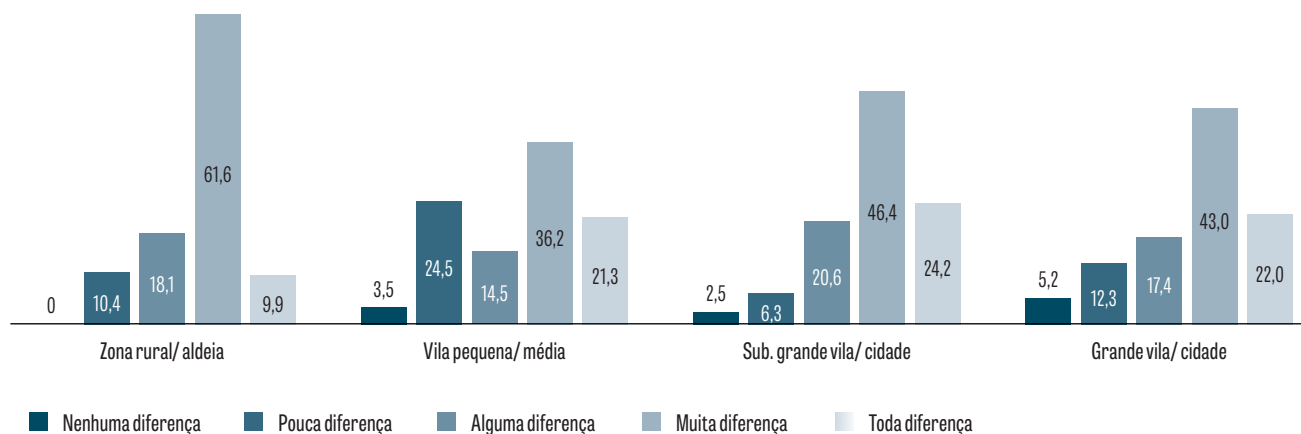
Na distribuição pelas cinco categorias, a zona rural/aldeia apresenta forte concentração em “muita diferença” (61,6%) e 9,9% em “toda a diferença”, 18,1% em “alguma” e 10,4% em “pouca” (0% em “nenhuma diferença”). Na vila pequena/média, observa-se menor peso de “muita diferença” (36,2%) e maior de “pouca diferença” (24,5%), com 21,3% em “toda a diferença” e 14,5% em “alguma diferença” (3,5% em “nenhuma diferença”). Nos subúrbios, o perfil é mais afirmativo, visto que 46,4% se posicio-

nam em “muita diferença” e 24,2% em “toda a diferença”, com baixa eficácia reduzida (6,3% em “pouca diferença” e 2,5% em “nenhuma diferença”) e 20,6% em “alguma diferença”. Na grande vila/cidade, registam-se 43% “muita diferença” e 22% “toda a diferença”, com 17,4% em “alguma diferença” e 17,5% em baixa eficácia (12,3% “pouca diferença” e 5,2% “nenhuma diferença”). Descritivamente, a vila pequena/média destaca-se por maior concentração em baixa eficácia, enquanto a zona rural/aldeia e os subúrbios revelam maior peso de “muita diferença”.

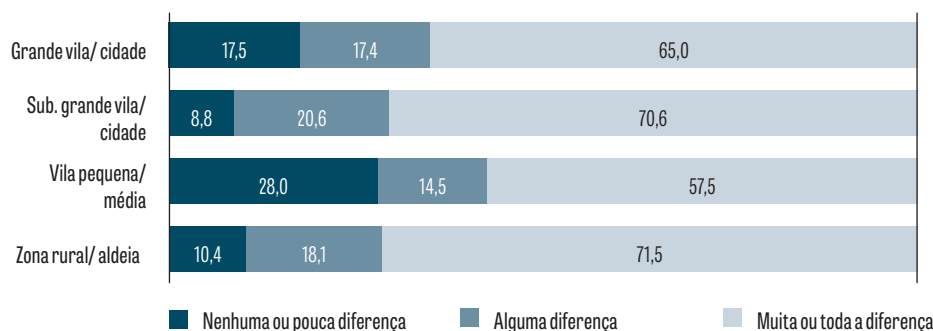
A análise com categorias agregadas confirma estas variações descritivas. A perceção elevada (“muita ou toda a diferença”) é maioritária em todos os *habitats* e varia entre 57,5% na vila pequena/média e 71,5% na zona rural/aldeia, situando-se em 70,6% nos subúrbios e 65% na grande vila/cidade. A perceção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) é mais elevada na vila pequena/média (28%) e mais baixa nos subúrbios (8,8%), com 10,4% na zona rural/aldeia e 17,5% na grande vila/cidade.

Em síntese, não se identificam diferenças estatisticamente significativas por *habitat* na eficácia política do voto entre os jovens. Ainda assim, em termos descritivos, a vila pequena/média apresenta maior peso de perceções reduzidas de eficácia, enquanto a zona rural/aldeia e os subúrbios exibem maiorias mais expressivas de perceções elevadas, sem que estas diferenças configurem uma clivagem territorial robusta no universo jovem no que respeita à eficácia política do voto.

Gráfico 37 Eficácia política do voto: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



Teste Kruskal-Wallis: $H=2,292$; $gl=3$; $sig=0,514$

Gráfico 38 Eficácia política do voto com categorias agregadas: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens

6. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens

As medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens referem-se às atitudes dos inquiridos perante um conjunto de propostas destinadas a promover o voto entre os mais jovens.

Foram avaliadas através da seguinte questão:

Os estudos indicam que os jovens tendem a participar politicamente menos do que os seus concidadãos mais velhos. Indique, por favor, o seu grau de concordância com cada uma das seguintes medidas que lhe vou ler e que visam aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. Para cada uma, diga-me se “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”.

Medidas: introduzir o voto obrigatório; reduzir da idade mínima para votar dos 18 anos para os 16 anos; campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto; introduzir o voto eletrónico, o voto através de aplicação ou multibanco; diversificar os lugares onde é possível votar; reformar o sistema eleitoral; desenvolver na Escola, atividades de natureza prática, que promovam a participação dos jovens; fazer com que os partidos integrem mais jovens nas suas listas de candidatura; estimular os jovens a integrarem as juventudes partidárias; apresentar políticas públicas que vão diretamente ao encontro dos anseios e interesses dos mais jovens.

Opções de resposta: “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”.

Para fins analíticos, as respostas “Concorda totalmente” e “Concorda” foram agregadas numa única categoria, que capta uma posição favorável em relação a cada uma das medidas propostas para aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. De forma análoga, as respostas “Discorda” e “Discorda totalmente” foram também agrupadas numa única categoria, que capta uma posição desfavorável em relação a cada medida.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

Os jovens portugueses revelam um apoio muito amplo à maioria das medidas propostas para aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. Em geral, as propostas centradas em mobilização cívica, educação para a participação, reformas institucionais e facilitação logística do voto recolhem níveis muito elevados de concordância agregada. Em contraste, as propostas que alteram as regras de base do sistema, como o voto obrigatório e a redução da idade legal de voto para 16 anos, são as que geram maior divisão e resistência.

Em termos descritivos, observa-se uma clivagem clara entre dois tipos de medidas. Por um lado, há um bloco de propostas com consenso muito elevado, em que a concordância agregada (“concorda/concorda totalmente”) ultrapassa largamente a discordância agregada. Neste bloco incluem-se: apresentar políticas públicas orientadas para os interesses dos jovens (95 % de concordância agregada), reformar o sistema eleitoral para aproximar e responsabilizar os eleitos (94,6 % de concordância agregada), campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto (94,4 % de concordância agregada), integrar mais jovens nas listas de candidatura (93,4 % de concordância agregada), atividades práticas na escola que promovam a participação (92,2 % de concordância agregada), estimular a integração em juventudes partidárias (91,9 % de concordância agregada) e diversificar os lugares onde é possível votar (91,2 % de concordância agregada). Em todas estas medidas, a discordância agregada é muito baixa, entre 5 % e 8,8 %. Isto sugere um entendimento amplamente partilhado de que a participação pode ser reforçada, sobretudo, por incentivos, inclusão, socialização cívica e maior responsividade política.

Um segundo bloco reúne medidas de modernização do acesso ao voto, também com apoio maioritário, embora com maior dispersão. A introdução do voto eletrónico recolhe 85,5 % de concordância agregada (14,5 % de discordância agregada). Este resultado indica uma abertura relevante a soluções de simplificação e modernização, mas com um nível de reserva superior ao observado nas medidas de mobilização e de reforma institucional.

Em contraste com este padrão de forte apoio, duas medidas destacam-se por serem mais controversas e por apresentarem menor consenso entre os jovens. A redução da idade mínima de voto para 16 anos é globalmente rejeitada: 59,4 % discordam (discorda/discorda totalmente) e 40,6 % concordam (concorda/concorda totalmente). Isto sugere que, mesmo no universo jovem, predomina uma posição cautelosa quanto à extensão do direito de voto aos 16 anos. Já a introdução do voto obrigatório apresenta um perfil dividido, com ligeira predominância da discordância agregada (51,6 %) em relação à concordância agregada (48,5 %), sendo este um tema polarizador e sem consenso consolidado.

Em síntese, os jovens portugueses mostram-se amplamente favoráveis a um conjunto de medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens, sobretudo quando estas assentam em sensibilização, educação para a cidadania, reformas de aproximação entre eleitos e eleitores, inclusão dos jovens na representação política e facilitação logística do voto. Em contrapartida, as medidas que implicam alteração das regras formais de participação, como o voto obrigatório e, sobretudo, a redução da idade mínima de voto para 16 anos, concentram maior resistência, sendo esta última a proposta com a rejeição mais clara entre os jovens.

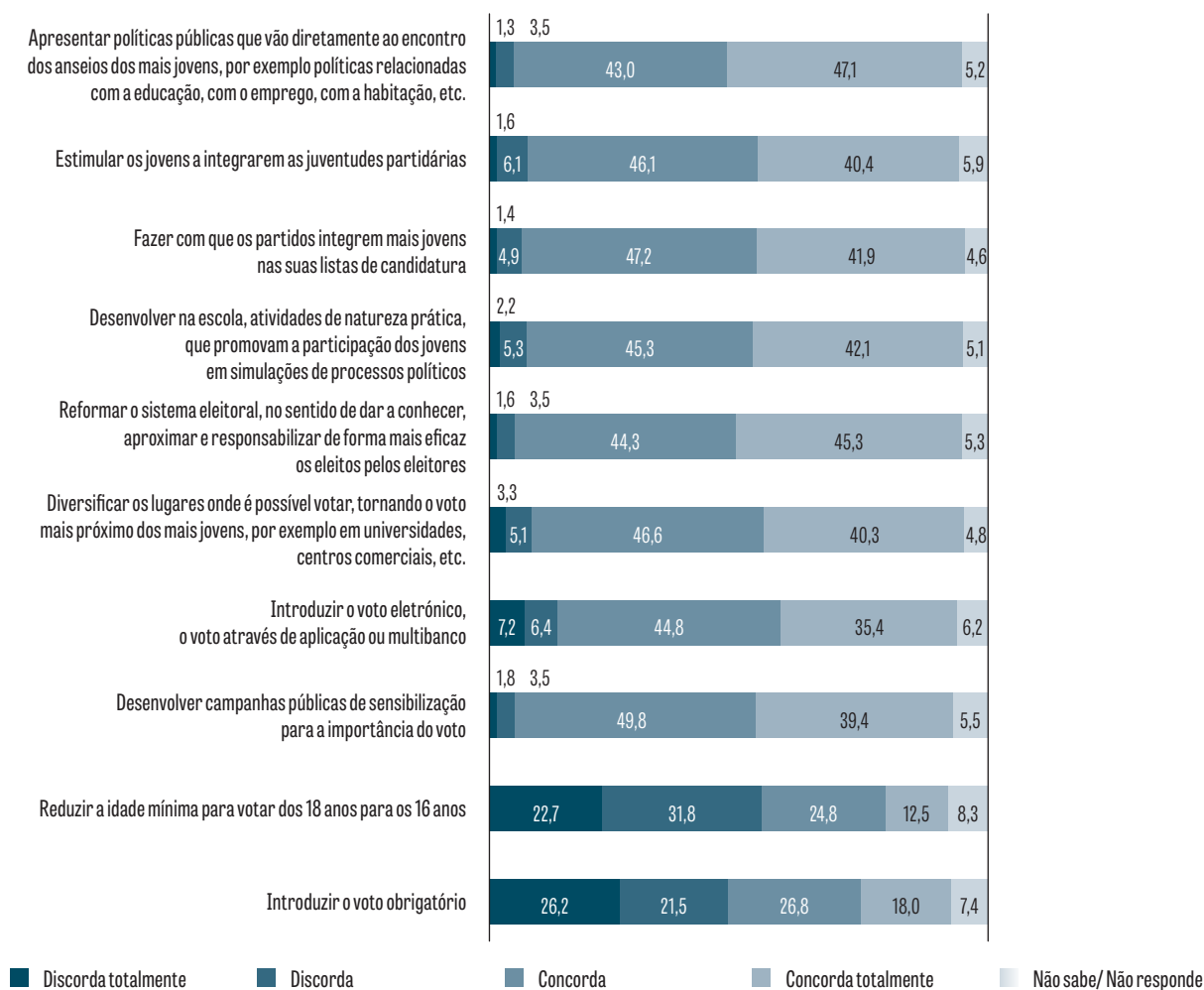
Gráfico 39 Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens (em %) – Jovens

Gráfico 40 Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens com categorias agregadas (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – Jovens



Capítulo 3

Atitudes e comportamentos relativos à participação eleitoral: comparação entre população e jovens

Neste capítulo são apresentados e analisados de forma desenvolvida os resultados relativos às atitudes e aos comportamentos da população e dos jovens em relação à participação eleitoral, numa perspetiva comparada, em três domínios: (1) Participação eleitoral; (2) Eficácia política do voto; (3) Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens.

7. Participação eleitoral declarada

A participação eleitoral declarada refere-se ao comportamento de voto autodeclarado pelos inquiridos, isto é, se afirmam ter votado ou não nas eleições legislativas de janeiro de 2022. Funciona como um indicador de comparecimento às urnas na amostra em estudo e, inversamente, do não voto declarado. Deve ser interpretado como medida declarativa e não como estimativa da taxa oficial de abstenção.

A participação eleitoral foi avaliada através da seguinte questão:

Pode dizer-me se votou nas últimas eleições legislativas de janeiro de 2022?

Opções de resposta: “sim”; “não”; “Não sabe/Não responde”

Foram considerados somente os indivíduos com 18 ou mais anos.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

A comparação entre a população portuguesa (18+ anos) e os jovens (entre 18 e 34 anos) evidencia continuidade no padrão geral de participação eleitoral declarada. Em ambos os grupos, a resposta dominante é “votou”. Ainda assim, emerge uma diferença geracional clara na magnitude do não-voto declarado.

Em termos globais, a participação autodeclarada é majoritária em ambos os grupos, visto que 71,9% da população e 60,2% dos jovens afirmam ter votado nas legislativas de janeiro de 2022. Este resultado sugere que, tanto no universo da população como no universo jovem, o voto é o comportamento mais frequente na amostra.

Apesar dessa continuidade, observa-se uma clivagem geracional substantiva na abstenção declarada. Entre os jovens, 39,4% indicam não ter votado, enquanto, na população, esse valor é de 26,3%. O diferencial entre os grupos traduz-se sobretudo numa maior prevalência do não-voto entre os jovens, o que aponta para menor participação eleitoral declarada neste segmento etário. Ainda assim, importa realçar que, entre os jovens, o não-voto-declarado é especialmente elevado no grupo dos 18 a 24 anos, em comparação com o observado no grupo dos 25 a 34 anos. Os dados deste último grupo já se aproximam dos valores observados na amostra da população.

A não-resposta mantém-se residual em ambos os grupos (jovens e população), 1,8% na população e 0,4% entre os jovens. Ambos os valores refletem uma elevada propensão para reportar o comportamento eleitoral tanto na população como entre os jovens.

Em síntese, os dados indicam continuidade na medida em que o voto é a opção predominante, tanto na população como entre os jovens. No entanto, as diferenças geracionais, embora descritivas, são consistentes e relevantes, concentrando-se na maior expressão de não-voto declarado entre os jovens (especialmente no grupo etário de 18-24 anos). Tal padrão é compatível com a ideia recorrente na literatura de que a participação eleitoral tende a ser menor nas gerações mais novas. Em todo o caso, estes resultados devem ser interpretados como medida declarativa na amostra e não como estimativa da taxa oficial de abstenção, podendo refletir desejabilidade social, memória e composição amostral.

Gráfico 41 Voto declarado nas eleições legislativas de 2022 (em %) – comparação entre População e Jovens

8. Eficácia política do voto

A eficácia política do voto, enquanto subdimensão da eficácia política externa, refere-se à perceção de que as eleições e a escolha entre alternativas (isto é, em quem se vota) têm consequências reais. Nesse sentido, o resultado eleitoral pode influenciar a ação governativa e a orientação das políticas públicas, não sendo indiferente qual a opção vencedora.

A eficácia política do voto foi avaliada através da seguinte questão:

Há quem tenha opiniões muito diferentes sobre como o voto condiciona as políticas adotadas pelos governos. Gostaria que me desse a sua opinião, escolhendo um número entre 0 e 10, em que 0 significa que “as políticas dos governos são todas iguais e não faz qualquer diferença em quem as pessoas votam” e 10 significa que “as políticas dos governos são todas muito diferentes e faz muita diferença em quem as pessoas votam”.

Para fins analíticos, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: as posições 0 e 1 foram classificadas como “nenhuma diferença”; as posições 2 e 3 como “pouca diferença”; as posições 4, 5 e 6 como “alguma diferença”; as posições 7 e 8 como “muita diferença”; e as posições 9 e 10 como “toda a diferença”. A recodificação da escala 0-10 em classes ordinais visa facilitar a interpretação substantiva dos resultados e a comparação entre subgrupos.

Adicionalmente, para simplificar a análise, as categorias “nenhuma diferença” e “pouca diferença” foram agregadas numa única categoria, que capta uma perceção reduzida de eficácia política do voto. De forma análoga, as categorias “muita diferença” e “toda a diferença” também foram agrupadas numa única categoria, que capta uma perceção elevada de eficácia política do voto. A categoria ‘alguma diferença’ foi mantida como uma categoria intermédia para captar posições moderadas.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

A comparação entre a população portuguesa e os jovens evidencia um padrão global muito semelhante na perceção de eficácia política do voto. Em ambos os grupos, predomina a ideia de que faz diferença em quem se vota para as políticas adotadas pelos governos, com maior concentração nas categorias do polo positivo (“muita” e “toda” a diferença). As diferenças geracionais existem, mas são pequenas e, no essencial, indicam uma perceção ligeiramente mais afirmativa entre os jovens.

Na distribuição entre as cinco categorias, observa-se uma estrutura praticamente idêntica. O núcleo principal situa-se em “muita diferença” (31,6% na população e 33,7% entre os jovens) e em “toda a diferença” (16,3% e 17,1%, respetivamente). Isto indica que, tanto na população como entre os jovens, a leitura dominante é a de que as escolhas eleitorais têm consequências reais. A posição intermédia (“alguma diferença”) também é muito próxima (13,1% na população e 13,7% entre os jovens), sugerindo um segmento estável que reconhece o impacto, embora de forma moderada.

No polo de baixa eficácia, as diferenças também são reduzidas. A ideia de que faz “pouca diferença” surge com valores semelhantes (10,4% na população e 9,2% entre os jovens) e a opção “nenhuma diferença” permanece minoritária em ambos os grupos (2,8% e 3,5%, respetivamente). Ou seja, o ceticismo forte é residual tanto na população como entre os jovens, ainda que os jovens apresentem ligeiramente mais respostas na categoria mais extrema (“nenhuma diferença”), sem que isso altere o padrão global.

A leitura com categorias agregadas clarifica ainda mais a convergência. A percepção de elevada eficácia política do voto (“muita ou toda a diferença”) é dominante em ambos os grupos, com uma pequena vantagem dos jovens (47,9% na população; 50,8% entre os jovens). Em sentido inverso, a percepção reduzida (“nenhuma ou pouca diferença”) é muito semelhante e ligeiramente inferior entre os jovens (13,2% na população e 12,7% entre os jovens). A categoria intermédia (“alguma diferença”) mantém valores próximos, com um ligeiro aumento entre os jovens (13,1% na população e 13,7% entre os jovens).

Importa ainda assinalar que a não-resposta é elevada em ambos os grupos, mas é menos frequente entre os jovens (25,9% na população e 22,9% entre os jovens). Isto sugere uma ligeira maior propensão dos jovens para se posicionarem nesta avaliação, embora a indecisão/ausência de resposta continue a ter expressão social relevante nos dois segmentos.

Em síntese, os resultados apontam para uma continuidade geracional clara na percepção da eficácia política do voto. Tanto a população como os jovens tendem a considerar que o voto faz diferença, com predominância de avaliações no polo positivo e forte ceticismo residual. As diferenças geracionais, quando existem, são sobretudo descritivas e pequenas, mas indicam um padrão consistente no qual os jovens revelam uma ligeira maior percepção de eficácia e menor não-resposta. Ainda assim, os resultados não configuram uma clivagem geracional substantiva.

Gráfico 42 Eficácia política do voto (em %) – comparação entre População e Jovens

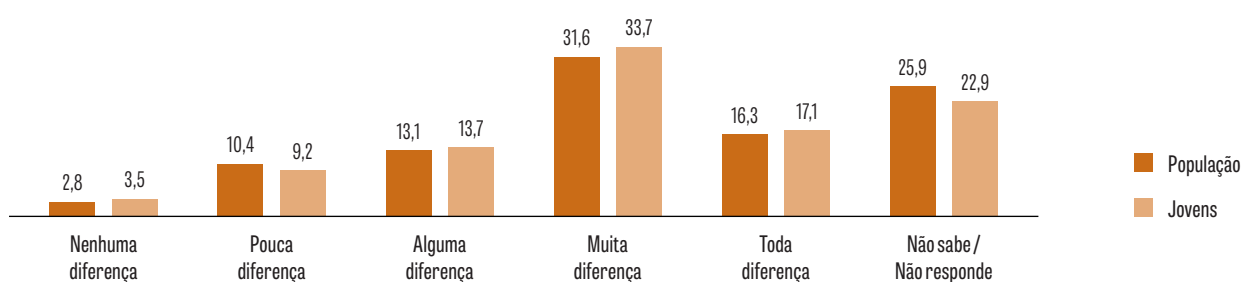


Gráfico 43 Eficácia política do voto com categorias agregadas (em %) – comparação entre População e Jovens



9. Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens

As medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens referem-se às atitudes dos inquiridos perante um conjunto de propostas destinadas a promover o voto entre os mais jovens.

Foram avaliadas através da seguinte questão:

Os estudos indicam que os jovens tendem a participar politicamente menos do que os seus concidadãos mais velhos. Indique, por favor, o seu grau de concordância com cada uma das seguintes medidas que lhe vou ler e que visam aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. Para cada uma, diga-me se “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”.

Medidas: introduzir o voto obrigatório; reduzir da idade mínima para votar dos 18 anos para os 16 anos; campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto; introduzir o voto eletrónico, o voto através de aplicação ou multibanco; diversificar os lugares onde é possível votar; reformar o sistema eleitoral; desenvolver na Escola, atividades de natureza prática, que promovam a participação dos jovens; fazer com que os partidos integrem mais jovens nas suas listas de candidatura; estimular os jovens a integrarem as juventudes partidárias; apresentar políticas públicas que vão diretamente ao encontro dos anseios e interesses dos mais jovens.

Opções de resposta: “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”.

Para fins analíticos, as respostas “Concorda totalmente” e “Concorda” foram agregadas numa única categoria, que capta uma posição favorável em relação a cada uma das medidas propostas para aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. De forma análoga, as respostas “Discorda” e “Discorda totalmente” foram também agrupadas numa única categoria, que capta uma posição desfavorável em relação a cada medida.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

A comparação entre a população portuguesa e os jovens revela um padrão de apoio amplamente convergente com as medidas propostas para aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. Em ambos os grupos, há concordância muito elevada com a maioria das propostas centradas na sensibilização cívica, na educação para a participação, nas reformas institucionais e na facilitação logística do voto. As diferenças geracionais existem, mas são sobretudo descritivas e de pequena magnitude, apontando, de forma consistente, para maior apoio dos jovens às principais medidas consideradas e também para menor taxa de não-resposta.

Em termos gerais, observa-se uma clivagem comum entre dois tipos de propostas. Por um lado, há um bloco de medidas com consenso muito elevado em ambos os grupos, em que a concordância agregada (concorda/concorda totalmente) predomina. Por outro lado, existe um conjunto restrito de medidas mais controversas, que concentram a maior divisão e os níveis mais altos de discordância.

No bloco de consenso elevado, tanto a população como os jovens manifestam apoio muito forte a propostas como: apresentar políticas públicas orientadas para os interesses dos jovens, reformar o sistema eleitoral para aproximar e responsabilizar os eleitos, desenvolver campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto, promover atividades práticas na escola, integrar mais jovens nas listas de candidatura, estimular a integração em juventudes partidárias e diversificar os locais de voto. Em todas estas medidas, a discordância agregada permanece baixa e a concordância agregada é muito elevada em ambos os segmentos. Descritivamente, os jovens tendem a apresentar valores de concordância ligeiramente superiores e, de

forma sistemática, evidenciam menores percentagens de “não sabe/não responde”, sugerindo maior propensão para se posicionarem.

Um segundo conjunto envolve medidas de modernização do acesso ao voto, em especial a introdução do voto eletrónico. Também aqui o apoio é maioritário em ambos os grupos, mas com maior dispersão do que no bloco anterior. Ainda assim, a comparação aponta para um padrão claro, visto que os jovens se mostram mais favoráveis a esta solução (85,5% de concordância agregada) do que a população (76,6% de concordância agregada).

Em contraste, duas medidas concentram a maior controvérsia e diferenciam mais as posições. A redução da idade mínima de voto para 16 anos é rejeitada em ambos os grupos. Ainda assim, a rejeição é mais intensa na população (67,2% de discordância agregada) do que entre os jovens (59,4%), indicando que os jovens são relativamente mais recetivos à proposta. Já o voto obrigatório surge como a medida mais polarizadora. Na população, há ligeira predominância de concordância agregada (52,9%), ao passo que, entre os jovens, há ligeira predominância de discordância agregada (51,6%), o que sinaliza uma diferença geracional pequena, mas consistente, com maior resistência dos jovens à obrigatoriedade.

Um elemento transversal importante na comparação é a não-resposta, que é sistematicamente mais baixa entre os jovens em praticamente todas as medidas. Isto sugere maior envolvimento declarativo ou maior facilidade em adotar uma posição sobre propostas concretas de reforma e de mobilização.

Em síntese, os resultados apontam para uma continuidade geracional clara. A população e os jovens concordam amplamente quanto ao tipo de soluções mais desejáveis para aumentar a participação eleitoral jovem, privilegiando medidas de incentivo, educação cívica, inclusão e responsividade política, bem como soluções de aproximação logística do voto. As diferenças geracionais, quando existem, são sobretudo descritivas e pequenas. Os jovens revelam ligeiramente mais apoio à maioria das medidas (sobretudo às de modernização e facilitação do voto) e menor não-resposta, enquanto se distinguem por maior rejeição relativa do voto obrigatório e por uma maior abertura relativa ao voto aos 16 anos, ainda que a proposta continue a ser maioritariamente rejeitada em ambos os grupos.

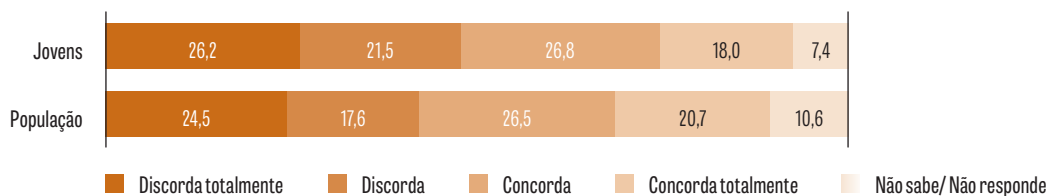
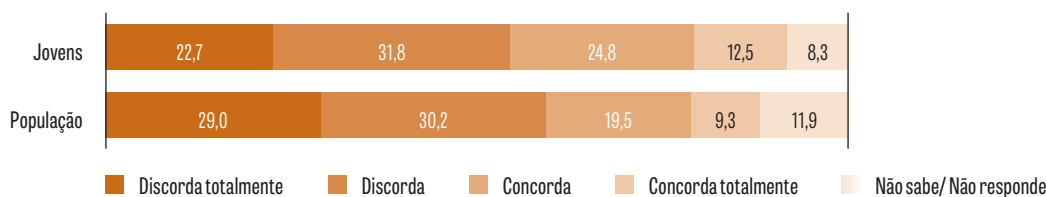
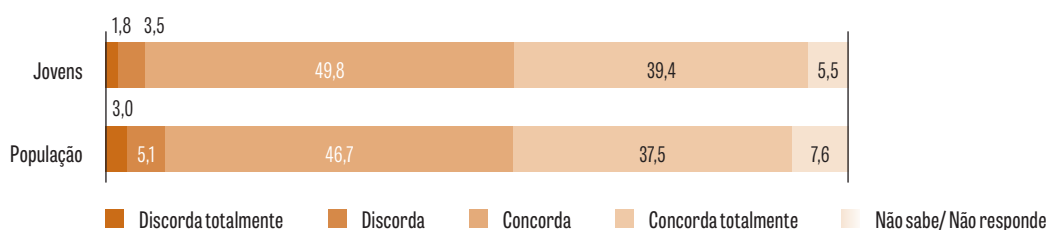
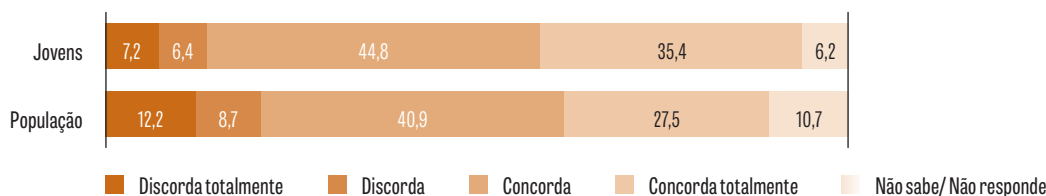
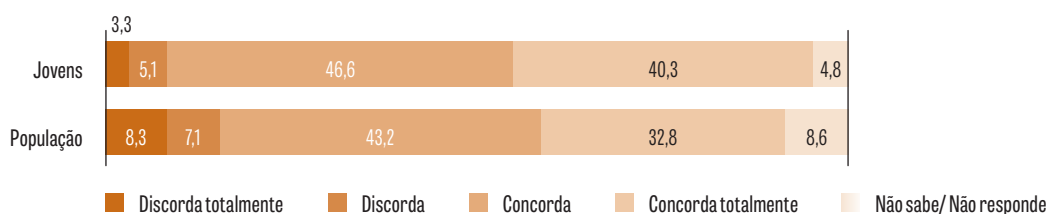
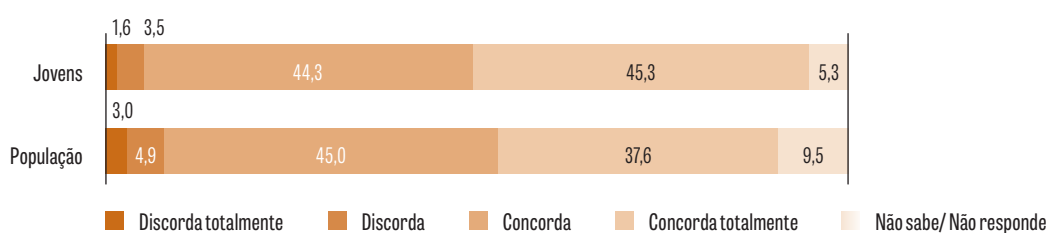
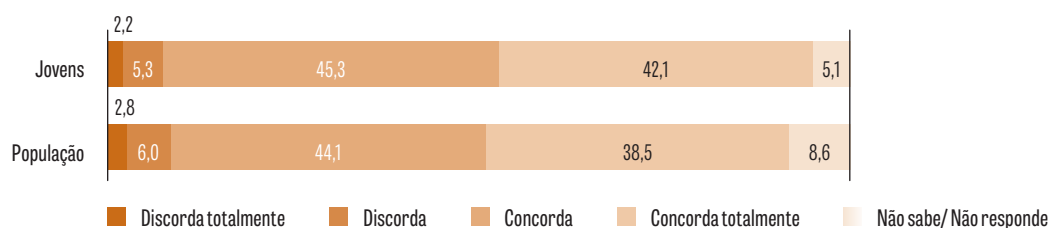
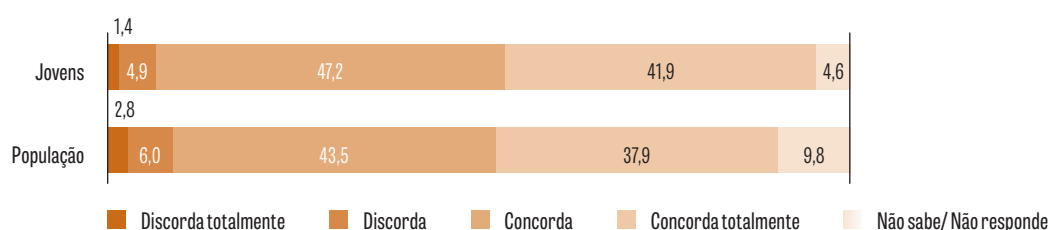
Gráfico 44 Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens (em %) – comparação entre População e Jovens (bloco 1)**Introduzir o voto obrigatório****Reduzir a idade mínima para votar dos 18 para os 16 anos****Desenvolver campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto****Introduzir o voto eletrónico, o voto através de aplicação ou multibanco****Diversificar os lugares onde é possível votar, tornando o voto mais próximo dos mais jovens, por exemplo em universidades, centros comerciais, etc.****Reformar o sistema eleitoral, no sentido de dar a conhecer, aproximar e responsabilizar de forma mais eficaz os eleitos pelos eleitores**

Gráfico 45 Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens (em %) – comparação entre População e Jovens (bloco 2)

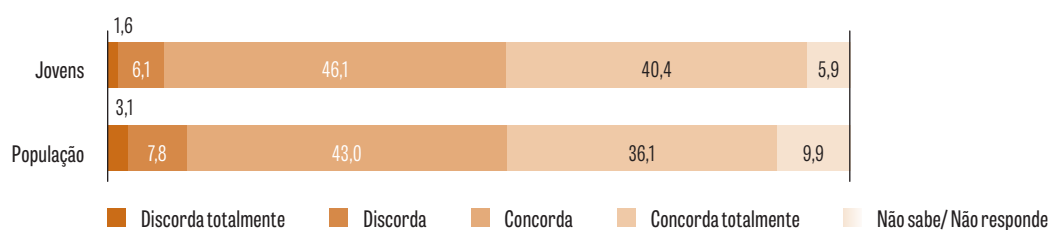
Desenvolver na escola, atividades de natureza prática, que promovam a participação dos jovens em simulações de processos políticos



Fazer com que os partidos integrem mais jovens nas suas listas de candidatura



Estimular os jovens a integrarem as juventudes partidárias



Apresentar políticas públicas que vão diretamente ao encontro dos anseios e interesses dos mais jovens, por exemplo políticas relacionadas com a educação, com o emprego, com a habitação, etc.

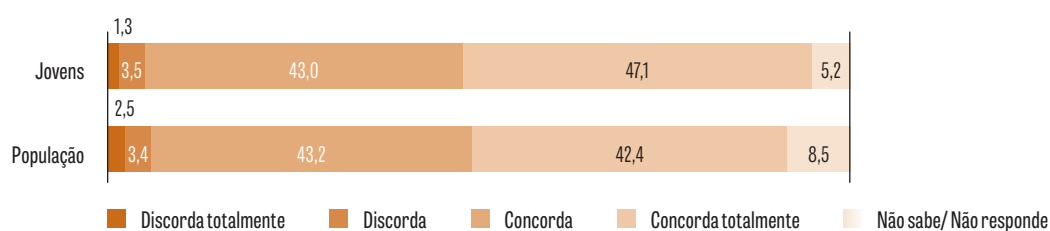


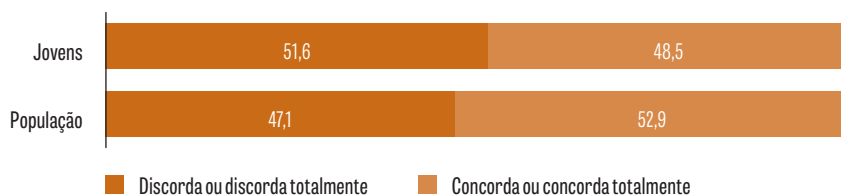
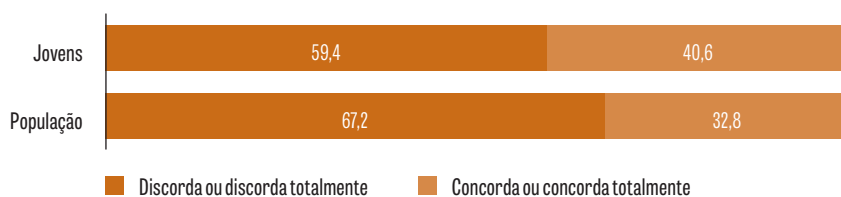
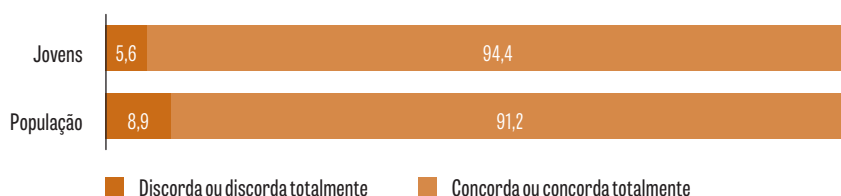
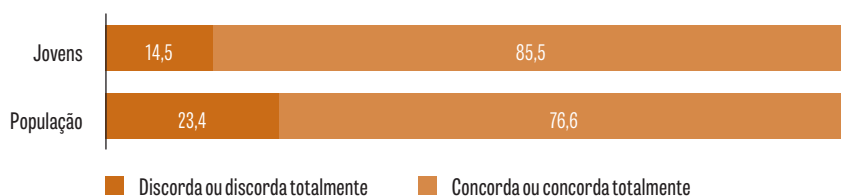
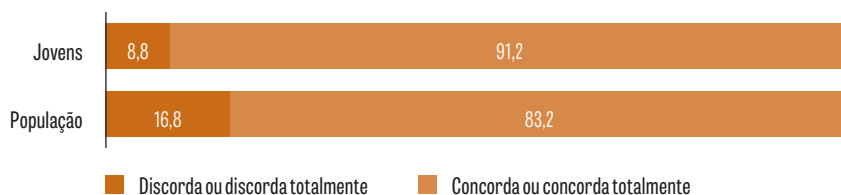
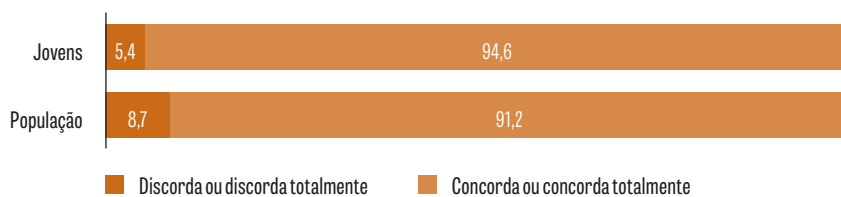
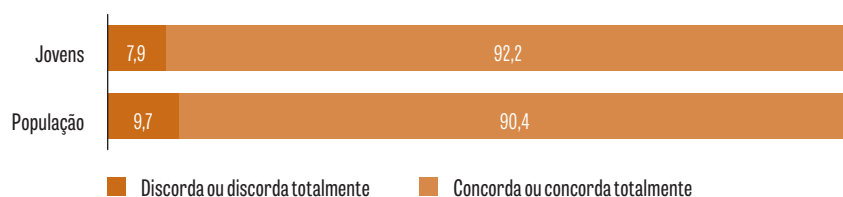
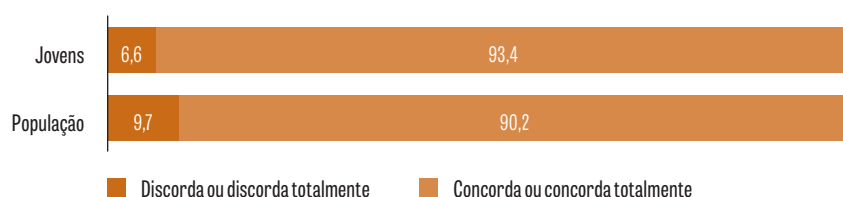
Gráfico 46 Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens com categorias agregadas (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – comparação entre População e Jovens (bloco 1)**Introduzir o voto obrigatório****Reduzir a idade mínima para votar dos 18 para os 16 anos****Desenvolver campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto****Introduzir o voto eletrónico, o voto através de aplicação ou multibanco****Diversificar os lugares onde é possível votar, tornando o voto mais próximo dos mais jovens, por exemplo em universidades, centros comerciais, etc.****Reformar o sistema eleitoral, no sentido de dar a conhecer, aproximar e responsabilizar de forma mais eficaz os eleitos pelos eleitores**

Gráfico 47 Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens com categorias agregadas (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – comparação entre População e Jovens (bloco 2)

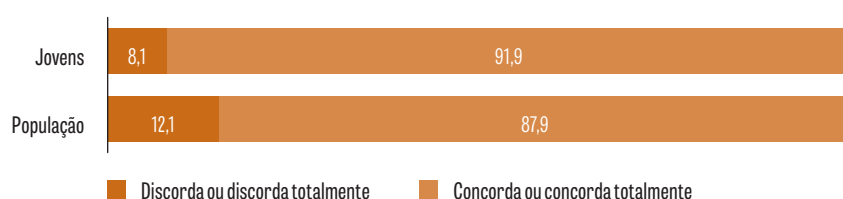
Desenvolver na escola, atividades de natureza prática, que promovam a participação dos jovens em simulações de processos políticos



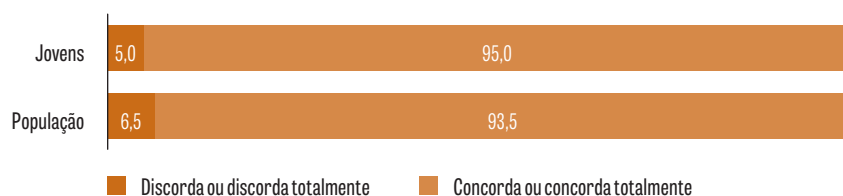
Fazer com que os partidos integrem mais jovens nas suas listas de candidatura



Estimular os jovens a integrarem as juventudes partidárias



Apresentar políticas públicas que vão diretamente ao encontro dos anseios e interesses dos mais jovens, por exemplo políticas relacionadas com a educação, com o emprego, com a habitação, etc.



Anexo I

Nota Metodológica

A análise baseia-se no módulo do Inquérito Nacional que incidiu sobre as atitudes face à democracia e às instituições políticas, considerando as seguintes dimensões:

Participação eleitoral declarada

A participação eleitoral declarada refere-se ao comportamento de voto autodeclarado pelos inquiridos, isto é, se afirmam ter votado ou não nas eleições legislativas de janeiro de 2022. Funciona como um indicador de comparecimento às urnas na amostra em estudo e, inversamente, do não voto declarado. Deve ser interpretado como medida declarativa e não como estimativa da taxa oficial de abstenção, uma vez que, em inquéritos, podem ocorrer diferenças em relação aos resultados oficiais, por exemplo, devido à desejabilidade social, a lapsos de memória e/ou à composição amostral.

A participação eleitoral foi avaliada através da seguinte questão:

Pode dizer-me se votou nas últimas eleições legislativas de janeiro de 2022?

Opções de resposta: “sim”; “não”; “Não sabe/Não responde”

Foram considerados apenas os indivíduos com 18 anos ou mais.

Este indicador foi cruzado com as seguintes variáveis sociodemográficas: sexo, grupo etário, escolaridade, *habitat* e rendimento

Foram realizados testes do qui-quadrado (χ^2) com o objetivo de avaliar a existência de associações estatisticamente significativas entre variáveis sociodemográficas (como sexo, grupo etário, escolaridade, rendimento do agregado familiar e *habitat*) e a participação eleitoral declarada. Consideraram-se estatisticamente significativas as associações com um valor de p inferior a 0,05 ($p < 0,05$). Nos testes do qui-quadrado (χ^2) não foram consideradas as respostas “Não sabe/Não responde”.

A validade dos testes do qui-quadrado (χ^2) foi assegurada através do cumprimento dos critérios usuais para a sua aplicação: nenhuma frequência esperada menor ou igual a 1, frequências esperadas inferiores a 5 serem menos de 20% do total, a base amostral ser superior a 20. Em todos os casos em que esses critérios foram cumpridos, os resultados do qui-quadrado foram considerados válidos.

Eficácia política do voto

A eficácia política do voto, enquanto subdimensão da eficácia política externa, refere-se à percepção de que as eleições e a escolha entre alternativas (isto é, em quem se vota) têm consequências reais. Nesse sentido, o resultado eleitoral pode influenciar a ação governativa e a orientação das políticas públicas, não sendo indiferente qual a opção vencedora.

A eficácia política do voto foi avaliada através da seguinte questão:

Há quem tenha opiniões muito diferentes sobre como o voto condiciona as políticas adotadas pelos governos. Gostaria que me desse a sua opinião, escolhendo um número entre 0 e 10, em que 0 significa que “as políticas dos governos são todas iguais e não faz qualquer diferença em quem as pessoas votam” e 10 significa que “as políticas dos governos são todas muito diferentes e faz muita diferença em quem as pessoas votam”.

Para fins analíticos, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: as posições 0 e 1 foram classificadas como “nenhuma diferença”; as posições 2 e 3 como “pouca diferença”; as posições 4, 5 e 6 como “alguma diferença”; as posições 7 e 8 como “muita diferença”; e as posições 9 e 10 como “toda a diferença”. A recodificação da escala 0-10 em classes ordinais visa facilitar a interpretação substantiva dos resultados e a comparação entre subgrupos.

Adicionalmente, para simplificar a análise, as categorias “nenhuma diferença” e “pouca diferença” foram agregadas numa única categoria, que capta uma percepção reduzida de eficácia política do voto. De forma análoga, as categorias “muita diferença” e “toda a diferença” também foram agrupadas numa única categoria, que capta uma percepção elevada de eficácia política do voto. A categoria ‘alguma diferença’ foi mantida como uma categoria intermédia para captar posições moderadas.

Este indicador foi cruzado com as seguintes variáveis sociodemográficas: sexo, grupo etário, escolaridade, *habitat*, rendimento

Foram aplicados testes de hipóteses não paramétricos para avaliar diferenças entre subgrupos: o teste de Mann-Whitney para comparações entre dois grupos e o teste de Kruskal-Wallis para três ou mais grupos. Consideraram-se estatisticamente significativas as associações com $p < 0,05$. Nas análises inferenciais, as respostas “não sabe/não responde” foram tratadas como valores omissos.

Medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens

As medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens referem-se às atitudes dos inquiridos perante um conjunto de propostas destinadas a promover o voto entre os mais jovens.

Foram avaliadas através da seguinte questão:

Os estudos indicam que os jovens tendem a participar politicamente menos do que os seus concidadãos mais velhos. Indique, por favor, o seu grau de concordância com cada uma das seguintes medidas que lhe vou ler e que visam aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. Para cada uma, diga-me se “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”.

As medidas colocadas à consideração dos inquiridos foram as seguintes:

- ☐ Introduzir o voto obrigatório;
- ☐ Reduzir a idade mínima para votar dos 18 anos para os 16 anos;
- ☐ Desenvolver campanhas públicas de sensibilização para a importância do voto;

- Introduzir o voto eletrónico, o voto através de aplicação ou multibanco;
- Diversificar os lugares onde é possível votar, tornando o voto mais próximo dos mais jovens, por exemplo, em universidades, centros comerciais...;
- Reformar o sistema eleitoral, no sentido de dar a conhecer, aproximar e responsabilizar de forma mais eficaz os eleitos pelos eleitores;
- Desenvolver na Escola, atividades de natureza prática, que promovam a participação dos jovens em simulações de processos políticos;
- Fazer com que os partidos integrem mais jovens nas suas listas de candidatura;
- Estimular os jovens a integrarem as juventudes partidárias;
- Apresentar políticas públicas que vão diretamente ao encontro dos anseios e interesses dos mais jovens, por exemplo, políticas relacionadas com a educação, com o emprego, com a habitação...

Opções de resposta: “concorda totalmente”, “concorda”, “discorda” ou “discorda totalmente”.

Para fins analíticos, as respostas “Concorda totalmente” e “Concorda” foram agregadas numa única categoria, que capta uma posição favorável em relação a cada uma das medidas propostas para aumentar a participação eleitoral dos mais jovens. De forma análoga, as respostas “Discorda” e “Discorda totalmente” foram também agrupadas numa única categoria, que capta uma posição desfavorável em relação a cada medida.

Variáveis sociodemográficas consideradas nas análises

- Sexo: masculino ou feminino
 - Grupo etário: 16-24; 25-34; 35-64; 65 ou mais. A categoria “jovens” corresponde aos grupos etários 16-24 e 25-34.
- Escolaridade: nenhum; ensino básico (inclui 1.º, 2.º e 3.º ciclos do básico); ensino secundário; ensino superior
- Rendimento do agregado familiar: permite viver confortavelmente; permite viver razoavelmente; é difícil viver com o rendimento atual; é muito difícil viver com o rendimento atual.
 - *Habitat*: Zona rural ou aldeia; Vila pequena ou média; Subúrbios de grande vila ou cidade; Grande vila ou cidade

Legendas das análises estatísticas

- χ^2 : Qui-quadrado: teste utilizado para avaliar a associação entre variáveis categóricas.
 - gl: Graus de liberdade: número de categorias livres para variar na análise.
 - p-valor: Nível de significância estatística – indica a probabilidade dos resultados ocorrerem por acaso; resultados com $p < 0,05$ são considerados estatisticamente significativos.

Nos casos em que essas condições não foram verificadas, recorreu-se ao teste exato de Fisher adequado em contextos de pequenas amostras. Esta opção metodológica assegura a robustez estatística das inferências apresentadas ao longo do relatório.

- Teste de Mann–Whitney (Z; p-valor): teste não paramétrico utilizado para comparar a distribuição de uma variável ordinal entre dois grupos independentes.
 - Z: estatística padronizada do teste (quanto mais distante de 0, maior a diferença entre grupos);
 - p-valor: nível de significância estatística; $p < 0,05$ indica diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos.

- Testes de Kruskal–Wallis (H; gl; p-valor): teste não paramétrico utilizado para comparar a distribuição de uma variável ordinal entre três ou mais grupos independentes.
 - H: estatística do teste (valores maiores sugerem maior diferença entre grupos);
 - gl: graus de liberdade;
 - p-valor: nível de significância estatística; $p < 0,05$ indica que pelo menos um grupo difere dos restantes.

Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais podem não somar exatamente 100 %.

As opções metodológicas adotadas neste relatório (por exemplo, recodificações, critérios de inclusão/exclusão e construção de índices) podem conduzir a resultados e análises diferentes dos apresentados no portal do projeto (<https://democracia.iscsp.ulisboa.pt/>).

Anexo II

Ficha Técnica do Inquérito

Universo

Indivíduos de ambos os géneros com 16 e mais anos de idade, residentes em Portugal (Continente e Ilhas).

Amostra(s)

Foram realizadas 1327 entrevistas: 1020 numa amostra base e 307 entrevistas numa amostra extra ao grupo etário dos 16 aos 34 anos. Foram aplicadas quotas de género e idade por região na seleção dos entrevistados, tanto na amostra base como na amostra extra. Neste Volume 5, os inquiridos com 16 e 17 anos foram excluídos da amostra inicial; realizou-se uma nova ponderação, assegurando a representatividade da amostra.

Género	Idade	Norte	Centro	AM Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	TOTAL
H	16-24	46	28	36	9	5	3	3	130
	25-34	52	25	45	9	7	4	3	145
	35-64	88	48	65	16	12	6	6	241
	65 ou mais	40	30	29	9	6	2	2	118
M	16-24	46	26	37	7	5	3	3	127
	25-34	52	28	45	7	6	4	3	145
	35-64	98	55	71	17	12	6	7	266
	65 ou mais	52	37	41	12	7	3	3	155
		474	277	369	86	60	31	30	1327

Amostra Ponderada

Na medida em que foi realizada uma amostra extra ao grupo etário dos 16 aos 34 anos, os dados totais foram ponderados para que cada grupo ao nível de idade, género e região tivesse o seu peso real no universo. A margem de erro da amostra total é de $\pm 2,69$ p.p. para um intervalo de confiança de 95 %.

PONDERADO									
Género	Idade	Norte	Centro	AM Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	TOTAL
H	16-24	27	16	21	5	3	1	1	74
	25-34	29	16	25	5	4	3	1	84
	35-64	110	66	84	21	15	8	8	312
	65 ou mais	52	38	38	12	8	3	3	154
M	16-24	25	15	21	4	3	1	1	70
	25-34	29	16	25	4	4	3	1	82
	35-64	122	72	94	23	16	8	9	344
	65 ou mais	69	50	54	16	9	4	4	207
		463	289	364	90	61	31	29	1327

Recolha da informação

Entrevistas na modalidade presencial (porta-a-porta), realizadas pela Intercampus para o ISCSP/CAPP, entre 8 de abril a 13 maio de 2023, respeitando a seguinte distribuição de quotas cruzadas de:

- ☐ Sexo: Masculino | Feminino
- ☐ Grupos Etários: 16-24; 25-34; 35-64; 65 ou mais anos
- ☐ Região: NUTSII (Norte, Centro, AML, Alentejo, Algarve, RAA, RAM) + Regiões Autónomas
- ☐ Nível de escolaridade: Sem nível; 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico; Secundário e Pós-Secundário; Superior.

Os lares foram selecionados aleatoriamente num conjunto de pontos de amostragem previamente escolhidos, através do método Random-Route. Para a seleção dos lares foi determinado um intervalo sistemático de 5 em 5. Após a seleção das moradas, o entrevistador iniciou a seleção dos entrevistados, de acordo com as quotas de género e idade em cada região.

Questionário

Estruturado, com 63 perguntas abertas e fechadas. Incluiu pré-teste a uma amostra de 20 pessoas. O inquérito incluiu os seguintes módulos:

- Módulo central: aspirações e práticas democráticas; atitudes dos portugueses face ao 25 de Abril;
- Módulo complementar I: atitudes face à política, democracia e às instituições políticas;
- Módulo complementar II: participação política, social e cívica.



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



CAPP
Centro de Administração
e Políticas Públicas



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

50

*Anos de Democracia
em Portugal*

Aspirações e Práticas Democráticas
Continuidades e Mudanças Geracionais